

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DO ESTÁGIO IDEALIZADO AO ESTÁGIO REALIZADO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 22/03/07

**HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES**

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

**Florianópolis (SC)  
2006**

**HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES**

**DO ESTÁGIO IDEALIZADO AO ESTÁGIO REALIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina –  
UFSC como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora: Profª. Dra. Maria Teresa dos Santos**

Florianópolis (SC)  
2006



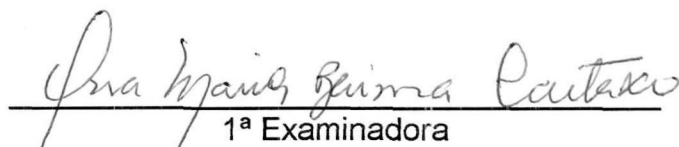
**HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES**

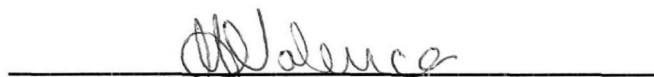
**DO ESTÁGIO IDEALIZADO AO ESTÁGIO REALIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

**Banca Examinadora**

  
Profª. Dra. Maria Teresa dos Santos  
Orientadora

  
1ª Examinadora  
Profª. Dra. Ana Maria Cartaxo  
Departamento de Serviço Social

  
2ª Examinadora  
Profª. Dra. Maria Manoela Valença  
Departamento de Serviço Social

Florianópolis (SC)  
Março de 2007.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por sempre estar ao meu lado, fazendo-se presente em todos os momentos desta minha jornada.

Antes de prosseguir farei uso de uma frase de Charles Chaplin que expressa minha gratidão por todas as pessoas que de alguma forma passaram pela minha vida: "Cada pessoa que passa por nossas vidas, passa sozinha, mas não se vai só, nem nos deixa só. Leva um pouco de nós, e deixa um pouco de si mesma." Então, a todos que de alguma forma fizeram parte da minha história, muito obrigado.

Aos meus pais e à tia Geraci, por tudo, desde o exemplo de vida, apoio e compreensão em aceitar minhas escolhas. A vocês o meu eterno agradecimento e amor incondicional.

Ao Guilherme, querido irmão, muito obrigada pelo apoio durante este processo. Te amo!

À minha irmã Aline, peça fundamental e uma das maiores incentivadoras deste trabalho. Obrigada por me entender e amparar nos momentos de angústia. Também te amo!

Ao Bruno pela presença e apoio constantes.

À minha orientadora Maria Teresa, por toda a atenção, profissionalismo e amizade. Obrigada por me ensinar a acreditar e confiar em mim mesma.

Aos professores da UFSC, por ensinarem muito mais do que uma profissão.

Às amigas Magha, Edilaura e Natalli, por tudo que passamos juntas. Minha admiração e amor por vocês.

Às amigas Cris, Val, Gi, Marilene, Dianês, Eliane e Jaqueline, obrigada por tudo!

Enfim, a todos que respeitaram e apoiaram este trabalho, contribuindo de forma direta e indireta.

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mistificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Paulo Freire

## RESUMO

SOARES, Hellen Cristina Ribeiro. **O Estágio Supervisionado**. Florianópolis, 2006, xxxf. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

O presente trabalho analisa a realidade do estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no período compreendido entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006. Será dada ênfase aos estágios desenvolvidos na Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social. O objeto do presente estudo, o estágio supervisionado será analisado em face das diretrizes curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, bem como a Versão Preliminar do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação do Curso de Serviço Social da UFSC. O estágio foi avaliado dentro do contexto no qual está inserido, ou seja, considerando-se as mudanças no mundo do trabalho dos assistentes sociais e as atuais condições de trabalho destes profissionais.

**Palavras-chave:** Estágio. Supervisão. Educação. Neoliberalismo. Precarização do Trabalho.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal do Serviço Social

CGE – Coordenadoria Geral de Estágios

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DSS – Departamento de Serviço social

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAE – Programa de Atividades de Estágio

PET – Programa de Educação Tutorial

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

POASF – Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

SMCAIFDS - Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Família e Desenvolvimento Social

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 01: Curso que o aluno prestou o primeiro vestibular .....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 02: Motivações na escolha do curso de Serviço Social .....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 03: Alunos que trabalham .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 04: Distribuição da carga horária semanal .....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 05: Localização dos campos de estágio .....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 06: Área de conhecimento de realização dos estágios .....</b>	<b>51</b>
<b>Tabela 07: Distribuição dos acadêmicos por sexo .....</b>	<b>51</b>
<b>Tabela 08: Local de residência dos acadêmicos.....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 09: Natureza jurídica das instituições concedentes de estágio:</b>	
<b>período 2005/2 e 2006/1 .....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 10: Instituições concedentes de estágios .....</b>	<b>58</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01: Remuneração de assistentes sociais efetivos (PMF) e contratados (AFLOV) .....</b>	<b>63</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO NOS MARCOS DO NEOLIBERALISMO: PARA ALÉM DO CENÁRIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>15</b>
1.1 Educação, ensino superior e neoliberalismo no Brasil .....	15
1.1.1 Sobre as concepções de educação e neoliberalismo.....	15
1.1.2 A educação no contexto neoliberal .....	17
1.1.3 O neoliberalismo no Brasil .....	19
1.1.4 O ensino superior no contexto brasileiro .....	22
1.2 A Universidade Federal de Santa Catarina como <i>locus</i> de formação profissional de assistentes sociais .....	25
1.2.1 Dados da organização institucional .....	25
1.2.2 O Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina ...	27
1.2.2.1 Breve histórico .....	27
1.2.2.2 Diretrizes curriculares e configuração do curso de serviço social .....	30
<b>CAPÍTULO 2 – O ESTÁGIO NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC: O TEXTO NO CONTEXTO .....</b>	<b>37</b>
2.1 Mudanças no estágio curricular obrigatório.....	37
2.2 A proposta curricular anterior.....	37
2.3 Normatização dos estágios.....	43
2.3.1 A legislação da UFSC para a realização de estágios .....	46
2.4 Caracterização dos estágios/estagiários .....	50
<b>CAÍTULO 3 - PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: PRECARIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS? .....</b>	<b>53</b>
3.1 Mudanças e transformações no mundo do trabalho .....	53
3.2 O Serviço Social na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Famílias e Desenvolvimento Social da cidade de Florianópolis.....	59



<b>3.3 O terceiro setor na relação com a Prefeitura de Florianópolis .....</b>	<b>61</b>
<b>3.4 Precarização dos estágios .....</b>	<b>65</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>69</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>71</b>
 <b>ANEXO A.....</b>	 <b>75</b>
 <b>ANEXO B.....</b>	 <b>84</b>
 <b>ANEXO C.....</b>	 <b>97</b>
 <b>ANEXO D.....</b>	 <b>99</b>
 <b>ANEXO E.....</b>	 <b>105</b>
 <b>ANEXO F.....</b>	 <b>106</b>
 <b>ANEXO G.....</b>	 <b>108</b>
 <b>ANEXO H.....</b>	 <b>112</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa o estágio supervisionado face às diretrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFSC.

O estágio supervisionado é parte essencial do processo de formação profissional. É um espaço privilegiado de aprendizagem teórica e prática do serviço social. Durante esse período o acadêmico intervirá nas relações sociais através dos conhecimentos obtidos ao longo da graduação. É um momento de fundamental importância, tanto para o acadêmico quanto para o desenvolvimento do próprio curso, pois é justamente pelo exercício da profissão que se pode perceber e avaliar a qualidade do ensino do serviço social.

Em um estudo realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no ano de 2004, pôde-se constatar que o maior empregador do serviço social é o setor público estatal, representando em nível nacional um percentual de 78,16%. Não obstante essa participação, o Estado tem, cada vez mais, contribuído para a precarização do trabalho dos assistentes sociais pelas mais distintas causas: falta de concursos públicos, flexibilização do mercado de trabalho, ou mesmo ausência de uma estrutura física apropriada para a prática profissional no âmbito da assistência social. O fato é que a situação assim delineada provoca insegurança nas relações de trabalho, por conta da instabilidade provocada pela terceirização de postos de trabalho e de administradores que, não raro, tratam os profissionais como peças descartáveis.

Em função destes fatores citados acima, o cenário na maioria das instituições é de profissionais sobrecarregados desempenhando funções que nem sempre são atribuições próprias da profissão.

Dentro desse contexto está o estagiário do serviço social, que chega à instituição, invariavelmente sem tempo de conhecê-la, e é obrigado a abraçar tarefas e projetos que, muitas vezes, não estão sendo executados. Essa realidade encontrada desvirtua os objetivos do estágio que prepara para a profissionalização, eis que deveria manter o caráter dicotômico ensino-aprendizagem durante todo o processo.

O trabalho de supervisão de campo tem um papel essencial já que o assistente social responsável tem como função não só orientar o estagiário, mas,

também, possibilitar uma revisão constante da realidade em que está inserido, além de promover o questionamento freqüente de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo; uma forma mais crítica e criativa de apreender a profissão.

Ainda que a supervisão seja uma das atribuições do assistente social, reconhecida na Lei nº 8.662/93, que trata da regulamentação da profissão, ou seja, é uma responsabilidade legalmente atribuída, este profissional nem sempre está devidamente preparado para exercer tal função. No entanto, há muitos fatores a influenciar a qualidade e direção da supervisão: alguns não dependem da vontade do profissional como, por exemplo, as más condições de trabalho dos assistentes sociais ou mesmo a falta de parâmetros para desempenhar tal atividade. É como diz Guerra (2005, p.151): "As escolas nem sempre capacitam para essa atribuição, não há um acompanhamento aos supervisores de campo nem mesmo uma qualificação sistemática do corpo de supervisores".

Ante o exposto pretende-se com este trabalho verificar se o estágio no Curso de Serviço Social da UFSC está configurado para assegurar uma situação efetiva de aprendizagem. Também analisar se as unidades concedentes de estágio, no âmbito do município de Florianópolis oferecem condições mínimas para que o estágio se concretize de modo a atender às necessidades do projeto de formação profissional. Especificamente o trabalho objetiva propiciar uma visão geral da situação do estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e analisar as atuais condições em que se desenvolvem os estágios, na Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, particularmente os realizados na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social de Florianópolis - SMCAIFDS.

Justifica esta proposta de pesquisa a experiência vivenciada pela pesquisadora no período de realização do estágio curricular obrigatório, na Secretaria Municipal de Habilitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis, mais especificamente no desenvolvimento do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.

A propósito, a experiência de estágio, enquanto espaço de formação profissional, é sempre muito rica, pois desperta o interesse para conhecer e aprender sobre o ambiente em que a profissão se desenvolve. Ao mesmo tempo é a oportunidade para o acadêmico avaliar as dificuldades enfrentadas, assim como responder aos questionamentos que inevitavelmente vão surgindo.

Para cumprir as tarefas atinentes à presente proposta utilizou-se o método indutivo de investigação e o tipo de pesquisa adotado é documental.

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico da produção existente na biblioteca da UFSC. De acordo com Moroz (1999, p. 28): “A realização de um levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelem importantes e afins em relação ao que se quer conhecer”.

Posteriormente foram analisados os documentos referentes aos estágios através do Programa de Atividades de Estágio (PAE) e realizados entre o segundo semestre letivo de 2005 e o primeiro semestre letivo de 2006.

A pesquisa tem natureza qualitativa, vez que não serão utilizados meios estatísticos para a análise da questão-problema, dentro da ótica definida por Richardson (1999, p. 80): “Os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos [...]”.

Para apresentar o estudo então desenvolvido foi necessário estruturá-lo em três capítulos. No primeiro são apresentadas noções de educação a partir das fundamentações teóricas levantadas e descrições do contexto do ensino superior no país e no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. No segundo capítulo são abordadas a legislação pertinente à realização de estágios e as diretrizes curriculares definidas para o Curso de Serviço Social. No terceiro capítulo analisam-se as mudanças havidas no mundo de trabalho dos assistentes sociais, as condições para a realização da prática profissional e seus reflexos na dinâmica dos estágios.

## **CAPÍTULO 1**

### **A EDUCAÇÃO NOS MARCOS DO NEOLIBERALISMO: PARA ALÉM DO CENÁRIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

#### **1.1 Educação, ensino superior e neoliberalismo no Brasil**

##### **1.1.1 Sobre as concepções de educação e neoliberalismo**

A educação não pode ser concebida como um processo isolado, descolado de um contexto, pois está relacionada diretamente com os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais de uma determinada realidade. Em uma sociedade, a educação pode ser um instrumento de transformação social dada a sua dimensão formativa, mas para isso é preciso que seja entendida como mediadora de um projeto de sociedade desenvolvido através de um processo crítico e reflexivo, que se utiliza de estratégias para desvelar as contradições da realidade social.

Na concepção de Cury (1979, p. 54):

A Educação, embora de gênero e função específica, é produto humano e conservará o caráter dialético dos fenômenos existentes na estrutura social. Assim, ao mesmo tempo em que expressa a estrutura, pode ocultá-la. De outro lado, a estrutura social gera novas exigências para a educação, que ao captá-las antecipam um modo de ser futuro, que determina tarefas para o presente.

Em outras palavras, a educação precisa ser entendida tanto como política pública como questão social.<sup>1</sup> Política porque é papel do Estado garantir o acesso à educação, posto que é um direito social assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), a teor do que dispõe o art. 6º, Capítulo II – Dos Direitos Sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

---

<sup>1</sup> Questão social: “[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”. Cf. Telles (1996, p. 85). Ver também Iamamoto & Carvalho Relações Sociais e Serviço social no Brasil



infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 2007, p. 11).

A educação como política social apresenta inúmeros problemas de execução e efetivação. No atual sistema capitalista neoliberal (o sistema neoliberal será apresentado um pouco mais adiante), o Estado possui um papel cada vez mais reduzido, desempenhando funções de regulação e manutenção do sistema. Assim sendo, pode-se questionar como o Estado coordenará a educação de uma maneira que esta seja realmente um instrumento de transformação social. Com efeito, é em meio a essa contradição que a educação aparece como questão social, pois não há um interesse da classe dominante em desenvolver uma massa crítica para que assim a democracia se efetive de forma consciente e participativa.

O Estado no seu papel de regulador não consegue criar estratégias para confrontar questões emergentes como o acesso à educação, que é universal. Mais ainda: não dá conta da demanda, da falta de adequação do sistema educacional à diversidade, da falta de preparo e condições das instituições públicas e da própria desvalorização do profissional da educação, tanto no que se refere aos salários quanto ao investimento na qualificação destes profissionais.

Um exemplo claro da interferência do sistema neoliberal na educação pode ser visualizado nas universidades públicas, em que a maioria dos estudantes que têm acesso é oriunda de escolas privadas, já que as vagas das escolas públicas são ocupadas, em sua maioria, por alunos com condição financeira precária, que na maior parte das vezes precisam trabalhar em outro período e não têm tempo para se dedicar exclusivamente aos estudos. Por outro lado, a falta de condições e investimento em instituições públicas do ensino fundamental e médio não possibilita a criação de estratégias para trabalhar de forma diferenciada com os alunos, razão da baixa qualidade do ensino público fundamental e médio no país.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de estímulo dos alunos da rede pública para estenderem a vida acadêmica até o ensino superior. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, o Censo Escolar demonstra uma redução das matrículas no ano de 2005 do ensino fundamental e médio da ordem de 379 mil, em relação ao ano anterior. A evasão escolar no ensino médio se dá primeiramente em função da falta de condições financeiras dos estudantes, o que reafirma a idéia de que a educação não pode ser pensada isoladamente, esquecendo-se do contexto social, pois antes de ser

estudante o sujeito é um ser social e isso traz inúmeras questões que vão além da escola. Desse modo, a educação pensada de uma forma emancipatória precisa estar preparada para trabalhar com a diversidade de necessidades e demandas.

Como uma forma de “compensar” a realidade da educação brasileira algumas universidades vêm adotando o sistema de cotas para os estudantes que tenham freqüentado a rede pública de ensino: negros e indígenas. Atualmente das 33 universidades que utilizam o sistema de cotas, 16 destinam cotas aos estudantes do ensino público e 17 destinam cotas a negros. Porém essa é uma política compensatória que não resolve realmente o problema do acesso à educação na realidade brasileira.

### **1.1.2 A educação no contexto neoliberal**

Para seguir com a discussão sobre educação será necessário primeiramente compreender o universo no qual se está inserido, então apresentaremos brevemente o modelo capitalista neoliberal e algumas de suas implicações no mundo das políticas sociais.

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento que defende a instituição de um sistema de governo em que o mercado tem mais importância do que o Estado, ao argumento de que quanto menor a participação do Estado na economia, maior será o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade pode-se desenvolver e progredir para o bem dos cidadãos (ANDERSON, 1995).

De acordo com Anderson (1995, p. 09): “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica mas também política”.

As origens do neoliberalismo remetem à Escola Austríaca<sup>2</sup> do final do século XIX. Em 1947, Hayek convocou uma seleta reunião com um grupo de intelectuais liberais e conservadores, oportunidade em que foi criada a Sociedade de

---

<sup>2</sup> A Escola Austríaca é uma corrente de pensamento econômico que defende uma menor intervenção do Estado na economia, tendo como base o princípio de que quanto menor a intervenção, maior a eficiência econômica e conseqüentemente maior o bem-estar e liberdade dos indivíduos que compõem uma sociedade. Cf. WIKIPEDIA. Disponível em: <[www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com)>. Acesso em: 12 jan. 2007.

Mont Pelerin com o fito de combater o keynesianismo<sup>3</sup>, uma linha de pensamento considerada “coletivista” e cerceadora de liberdade, o que acabava por impedir o desenvolvimento e o crescimento econômico.

O neoliberalismo se expressou de formas diferentes em cada país que o adotou como formato de governo. Por exemplo, o modelo neoliberal inglês que marcou o governo de Margareth Thatcher contraiu a emissão monetária, baixou os impostos sobre rendimentos altos, criou níveis altíssimos de desemprego, impôs uma nova legislação anti-sindical e tardiamente deu início a um programa de privatizações. Segundo Anderson (1995, p. 03), “esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em capitalismo avançado”.

Nos Estados Unidos, como já não existia mais o Estado de Bem-Estar Social, a prioridade do governo foi a competição militar com a União Soviética.

A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70, recuperação dos lucros, crescimento das taxas de desemprego e aumento da desigualdade, que para os neoliberais era considerado um valor positivo e necessário para atingir o fim maior que era a reanimação do capitalismo avançado mundial (ANDERSON, 1995).

O continente que primeiro testemunhou a experiência neoliberal foi a América Latina, com o Chile. Aliás, muitas das medidas adotadas no governo Pinochet foram assimiladas posteriormente pela Inglaterra. O neoliberalismo chileno cerceava qualquer tipo de democracia e instalou uma das mais terríveis ditaduras. Alguns dos programas adotados foram: “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”(ANDERSON, 1995, p. 19).

---

<sup>3</sup> Keynesianismo é a doutrina criada pelo inglês John Maynard Keynes que consiste numa organização política - econômica, oposta às concepções neoliberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente de controle total ou majoritário da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tal teoria teve enorme influencia na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Cf. WIKIPEDIA. Disponível em: <[www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com)>. Acesso em: 12 jan. 2007.



### 1.1.3 O neoliberalismo no Brasil

A ditadura no Brasil promoveu o início da dilapidação do Estado que segue no mandato supostamente democrático de Sarney e se consolida com a eleição de Fernando Collor de Mello. Porém, em contrapartida, a sociedade civil reage de uma forma firme, se organizando e demonstrando uma “extraordinária capacidade de responder ao ataque neoliberal” (OLIVEIRA, 1995, p. 25). A maior prova disso foi o “impeachment” de Collor, seguido das notáveis Comissões Parlamentares de Inquéritos, ou simplesmente CPI’s<sup>4</sup>

O projeto neoliberal brasileiro ganhou vida efetiva a partir do Consenso de Washington, que foi uma reunião que ocorreu em 1989 no Internacional Institute for América, com a participação de funcionários do governo dos Estados Unidos da América, representantes dos organismos Internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), representantes e economistas da América Latina. A proposta de referida reunião era obter um diagnóstico dos problemas, discutir e criar alternativas para que a América Latina saísse da crise econômica e começasse a crescer.

Ao fim da reunião, segundo Roberto Candelori, jornalista do Jornal Folha de São Paulo, foram apontados os seguintes problemas: dívida externa elevada, estagnação econômica, recessão, desemprego e inflação crescente.

Ainda, no Consenso de Washington foram feitas diversas recomendações que abarcaram dez áreas, a saber: “[...] disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação e propriedade intelectual” (Montaño, 2005 *apud* Verchai, 2006, p.29).

Passados aproximadamente dezessete anos do Consenso de Washington, o Brasil não viu o tão esperado crescimento econômico, os salários foram reduzidos, o desemprego aumentou e desigualdade social igualmente

<sup>4</sup> A tradução literal de *impeachment* é impugnação de mandato. Esse processo é realizado pelo poder legislativo - no caso as câmaras de deputados federais ou estaduais ou de vereadores em nível municipal-. Além de perder o mandato o chefe do poder executivo pode também ter seus direitos políticos (votar e ser candidato) cassados por um certo período, dependendo da legislação de cada país. Atualmente, no Brasil, esse período é de oito anos. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto direto, em 1992. Por envolvimento com esquemas de corrupção, foi o primeiro presidente no país a sofrer o *impeachment*. [wiki](https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment)

cresceu. O Estado mínimo ficou ainda mais frágil, tornando-se submisso ao mercado.

As políticas de proteção social transformaram-se em um dos maiores problemas, tanto no Brasil como na maioria dos países subdesenvolvidos. O Estado não conseguiu prover serviços de qualidade e vem-se mostrando incapaz de expandir os direitos sociais para atender a demanda. Como saída para o problema a sociedade civil precisou se auto-organizar para não permitir que os serviços sociais lhe faltassem (OLIVEIRA, 1995).

Dessa forma, surgiu o chamado terceiro setor, que é caracterizado por ser público e não-estatal, ou seja, promove serviços públicos com investimento público, porém não é organizado pelo Estado e sim pela sociedade civil; logo são denominadas também de organizações públicas não-estatais.

Essa é, pois, uma forma de descentralizar serviços públicos, mantendo a responsabilidade financeira e regulatória do Estado e que, segundo Carlos Antonio Morales (1999, p.64) “[...] é o pressuposto mais importante das propostas reformadoras: fortalecer a capacidade regulatória do Estado para garantir o controle dos processos de descentralização das atividades”.

Um aspecto importante a ser destacado é a vitalidade que a sociedade civil vem demonstrando principalmente na arena das relações sociais e políticas, até porque isto se faz necessário para que as organizações não-governamentais tenham êxito nas mudanças em curso, criando mecanismos de participação da sociedade civil na formulação, na tomada de decisões e na gestão de serviços públicos. Porém para tanto é necessário que haja transparência nos negócios públicos, visto ser este o instrumento mais eficaz contra as possíveis fraudes e ataques aos direitos sociais.

Com efeito, um dos maiores perigos que essas organizações sofrem são as tentações de descolamento dos compromissos públicos em direção a privatizações, ao encastelamento e ao distanciamento do controle social ou estatal. É preciso então que haja uma autonomia para essas organizações e conseqüente responsabilização pelo uso dos recursos públicos, para que não haja desperdício e desvio do dinheiro público. Essa solução, criada pela sociedade civil para administrar os bens públicos, é uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que pode ser eficaz, pode também, acabar sendo uma forma de sucatear ainda mais os serviços públicos, já que nem sempre o usuário pode ter acesso a estes mesmos serviços.

Esse aspecto, é bom lembrar, vem sendo um ponto muito discutido, particularmente na área da educação.

No caso da educação superior, foco deste estudo, isso aparece de forma bem clara, já que muitas universidades recebem dinheiro público para em contrapartida viabilizar o acesso à educação de pessoas de baixa renda. O problema consiste justamente no fato de não haver um controle efetivo do número de alunos que está tendo acesso ao ensino superior, igualmente não há fiscalização eficiente para saber como o montante do dinheiro público destinado está sendo gasto.

A propósito, na CRFB/88, Capítulo III, seção I, artigo 205, a idéia da participação da sociedade já aparece.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2007, p. 64).

A título de exemplificação da questão da privatização na educação superior vale destacar os dados referentes ao curso de serviço social nas universidades brasileiras.

No Estado de Santa Catarina, de sete universidades que possuem o curso de serviço social, apenas uma é pública. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) pode-se verificar, na relação das universidades credenciadas (ANEXO A), a multiplicidade de universidades privadas e a restrição de instituições públicas. Assim é que: (i) na região Norte têm-se 11 universidades, sendo 8 públicas e 3 particulares; (ii) na região Centro-Oeste são 5 universidades, das quais 2 são públicas e 3 privadas; (iii) na região Leste há 14 instituições de ensino superior e destas 5 são públicas e 9 privadas; (iv) na região Sul são 47 universidades e deste total há uma fundação, 6 instituições públicas e 40 privadas.

A partir desses dados pode-se perceber, além da carência de investimentos no ensino superior, a transferência de obrigação do Estado para a sociedade civil e a transformação da educação em mercadoria, só podendo comprá-la quem tem condições financeiras para tal, ou seja, continua tendo acesso uma minoria da população tão-somente.

### 1.1.4 O ensino superior no contexto brasileiro

O ensino superior no Brasil se desenvolve nas universidades estaduais, federais, privadas e centros tecnológicos. Suas premissas e objetivos são definidos conforme a Lei nº. 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996.

Reza no artigo 43 de referida lei que:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

[...]

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

[...]

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As universidades são instituições sociais que possuem uma dinâmica própria e retratam muitas das características da própria sociedade, tais como diversidade de opiniões, contrastes sociais e culturais projetos políticos conflitantes, “que exprimem divisões e contradições” (CHAUÍ, 2003, p. 5). São instituições que desenvolvem uma prática social que lhe é atribuída pelo reconhecimento público, possuem autonomia e se fundamentam por princípios, regras, normas e valores internos que logicamente estão subordinados às Diretrizes Nacionais da Educação definidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A universidade entendida como instituição social acompanha as transformações sociais, econômicas e culturais, ela não é determinada pela sociedade e o Estado, mas não deixa de ser o reflexo destes.

Ao se abstrair esses fatos como verdadeiros pode-se dizer que nos últimos anos a universidade pública, em função da reforma do Estado, sofreu uma



considerável mudança nas suas bases, ou seja, a educação, a saúde e a cultura deixaram de ser setores exclusivos do Estado para serem comercializados.

Logo, o resultado que se evidenciou foi, na ponderada interpretação de Chauí (2003, p. 06):

- a) que a educação deixou de ser considerada direito e passou a ser considerada um serviço;
- b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Essas mudanças ratificam a assertiva de que a educação, como mencionado anteriormente, transformou-se em mercadoria. Isso significa que as universidades, instituição social passam a ser organizações sociais. Mas resta, no entanto, indagar qual a diferença.

Bem a propósito, na definição de Chauí (2003, p.06):

Uma organização difere de uma instituição por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular [...] Por ser uma administração é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização um dado de fato [...].

A instituição social deve alcançar a sociedade. O seu progresso é o objetivo final, pois ela é a sua referência de normas e valores. A instituição sabe da sua inserção na divisão social e política e da sua importância na luta pelo fim das contradições. A organização social possui a si mesma como referência, as suas normas e valores são os mesmos que determinam o sucesso ou fracasso do mercado, os seus objetivos são de vencer a concorrência, não havendo a preocupação com um retorno para a sociedade, posto que é uma organização que presta serviços para indivíduos de forma isolada, não se atendo a um projeto que vise à coletividade. (CHAUÍ, 2003)

Outro ponto a ser destacado no contexto do ensino superior diz respeito às condições de trabalho dos educadores, cuja precariedade bem representa o processo de desvalorização da educação e da comercialização do ensino.

O comprometimento com a formação continuada dos educadores vem sendo abandonado e logo substituído pela transmissão rápida de conhecimentos. Assim, como comenta Chauí (2003, p. 08): “Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva”. E mais: por estar privatizada, quem determina a maioria de suas pesquisas é o mercado, isso é a apropriação privada do que é público (no caso a geração de conhecimentos).

Um fato atual e determinante da vida da maioria das pessoas tem sido a velocidade na troca de informações e a “absorção do espaço tempo”, aspectos estes que se refletem também na educação, ou seja, há uma diminuição do tempo de graduação e especializações, cuja consequência é o “abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a formação” (CHAUI, 2003, p.11)

De acordo com Saviani (1978), ensino e formação devem ser compreendidos como um processo diferenciado, mas indissociáveis, pois têm um mesmo fim, um não existe sem o outro e ambos devem ser permanentes, eis que o objetivo maior é o progresso do homem, do cidadão.

Nas palavras do mencionado autor:

Se educação é promoção do homem. Se promover o homem significa liberta-lo de toda e qualquer forma de dominação. Se nas sociedades em que vigora o modo de produção capitalista, a dominação se manifesta concretamente como dominação de classe, então educar, isto é, promover o homem significa liberta-lo da dominação de classe, vale dizer, superar a divisão da sociedade em classes antagônicas e atingir o estágio da sociedade regulada. Segue-se, pois que a educação é fundamentalmente um ato político (SAVIANI, 1978, p. prefácio).

Pode-se dizer, então, que no aspecto “formação” o ensino possui dois papéis específicos: primeiramente a formação do homem, do cidadão, comprometido com o meio social e preparado para, além de viver em uma sociedade mutante, nela posicionar-se de forma consciente e participativa. Em segundo está a dimensão da formação profissional do homem.

No entanto, neste trabalho será dada especial atenção à dimensão da formação profissional do indivíduo, que é compreendida como educação continuada, e não meramente como uma qualificação adquirida e acabada durante o período de determinado curso.

Para discorrer sobre formação profissional será necessário situar, de início, o contexto em que este processo está inserido, uma vez que o ambiente, o curso, a concepção de formação, os pressupostos, as diretrizes e os objetivos são algumas das variáveis que precisam ser consideradas e analisadas.

Segundo Ferreira Pinto (1997, p. 03):

A formação profissional deve ser interpretada como integrante do fenômeno educativo e o desdobramento deste pressuposto conduzem-nos às seguintes determinações:

1º como fenômeno educativo, a formação profissional compreende o estágio e a supervisão como momento formal do ensino do Serviço Social;

2º o estágio e a supervisão constituem-se momentos privilegiados para o ensino e aprendizagem profissional;

3º o ensino e a aprendizagem profissional, mediante o estágio e a supervisão, não podem estar desvinculados de uma proposta específica de formação profissional, cuja direção depende de um projeto político pedagógico do curso em que estão inseridos.

No presente trabalho o processo de formação profissional será analisado no curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente o estágio curricular obrigatório, considerando-se que é neste espaço que se desenvolve o ensino da prática profissional.

## **1.2 A Universidade Federal de Santa Catarina como *locus* de formação profissional de assistentes sociais**

### **1.2.1 Dados da organização institucional**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), objeto do presente estudo investigativo, especialmente o ensino da prática no currículo do curso de serviço social, como já mencionado, tem como missão, precipuamente:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida. (Fonte: [www.ufsc.br](http://www.ufsc.br) missão aprovada em Assembléia Estatuinte em 04/06/1993)

O ensino superior no Estado de Santa Catarina foi iniciado com a criação da Faculdade de Direito, em 11 de fevereiro de 1932. Foi constituída inicialmente como instituto livre e depois, em 1935, oficializada por meio de Decreto Estadual.

Na Faculdade de Direito surgiu a idéia da criação de uma universidade que reunisse todas as faculdades existentes na Capital do Estado. Tal anseio deu margem à edição da Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, que criou a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (UNIVERSIA, 2007, não paginado).

A UFSC reuniu, então, as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e a Escola de Engenharia Industrial, e foi oficialmente instalada em 12 de março de 1962 no terreno localizado na Trindade, doado à União pelo governo do Estado (Lei nº 2.664, de 20 de janeiro de 1961). Com a reforma que se seguiu, a instituição adquiriu a atual estrutura administrativa e didática (UNIVERSIA, 2007, não paginado).

Segue no mesmo informativo que a UFSC conta atualmente com:

[...] 62 cursos de graduação incluindo habilitações, 61 cursos de Especialização na Sede, 35 fora da Sede e 9 à distância; 44 cursos de Mestrado na Sede, 48 fora da Sede e 2 profissionalizante; e 24 cursos de Doutorado na Sede e 3 fora da Sede. No ano de 2002 foram oferecidos 294 cursos de Extensão. Também são oferecidos cursos técnicos, através dos colégios agrícolas, ensino médio, fundamental e pré-escola (UNIVERSIA, 2007, não paginado).

A forma de ingresso se dá por concurso vestibular realizado no final de cada ano letivo, e segundo o Programa Integrado de Planejamento (PIP) (UFSC, 2004) abriram-se aproximadamente 3.890 vagas, diplomaram-se 2.765 acadêmicos e foram oferecidas 1.882 bolsas para os cursos de graduação (estágio, monitoria, treinamento e iniciação científica).

O *campus* universitário possui certa independência, ou melhor, dispõe de uma dinâmica própria, podendo funcionar como qualquer cidade, pois possui a mesma infra-estrutura presente em qualquer centro urbano. Tanto é assim que no *campus* existe uma prefeitura responsável, há órgão de prestação de serviços, hospital, creche, salão de beleza, centro de eventos, gráfica, biblioteca, teatro, horto, museu, centro de lazer, centro de convivência, agência bancárias, restaurantes, correio, telégrafo, bares, moradia, entre outros.



Importante salientar que a UFSC, quanto ao funcionamento e organização, é semelhante a uma cidade, como, por exemplo, há eleição para escolha de seus representantes, através de voto. Sobre a escolha de representantes cabe ressaltar que o peso dos votos não é o mesmo para docentes, discentes e servidores, o que retrata uma outra característica semelhante já conferida na sociedade, pois não deixa de haver certa desigualdade e uma divisão.

A UFSC, segundo o seu Estatuto, Título 1, art. 2º, tem “autonomia administrativa didático-científica, gestão financeira e disciplinar”. Está estruturada em departamentos coordenados por unidades. Os departamentos, como subunidades, compreendem a menor fração dos centros e a eles caberá a organização administrativa e didático-científica, bem como de distribuição do pessoal. No inciso um Capítulo III, art. 10, está definido que “caberá aos departamentos desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de suas áreas específicas”. Os departamentos, junto ao colegiado de cada curso, são responsáveis por desenvolver o projeto pedagógico que tem por finalidade apontar os princípios, objetivos e procedimentos adotados, tendo em vista o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e a formação de um profissional cujo perfil expresse “princípios e comportamento éticos”.

Essas características apresentadas são inerentes a qualquer dos cursos da instituição UFSC. No entanto, os dados que seguem se referem ao Curso de Serviço Social.

## **1.2.2 O Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina**

### **1.2.2.1 Breve histórico**

O primeiro estabelecimento para o ensino de serviço social em Florianópolis foi criado em 03 de maio de 1958, pelas mãos da Fundação Vidal Ramos (FVR) que estabeleceu convênio com a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade localizada em Campinas, São Paulo, recebendo assim duas missionárias para coordenar e instruir os trabalhos na referida Fundação. A autorização para o início dos trabalhos ocorreu em 09 de setembro de 1958, pelo Decreto nº 45.063.

Com a criação da UFSC, em 1978, iniciaram-se os estudos para integração do curso de serviço social o que ocorreu apenas em 1980.

O Departamento de Serviço Social (DSS), desde sua implantação, promoveu inúmeras avaliações para que não houvesse dissonância entre a formação profissional dos assistentes sociais e as exigências impostas pela atualidade. Em 1991 foram iniciadas algumas revisões, porém, ainda insuficientes para “projetar a categoria profissional” e um perfil desejado para atender as demandas emergentes no final do milênio.

A necessidade de revisar o currículo e introduzir modificações na estrutura curricular era cada vez mais emergente, então as unidades de ensino no Brasil, coordenadas pela ABEPSS iniciaram um processo de avaliação. Com tal objetivo foram, então, organizadas “200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 02 oficinas nacionais”.(ABEPSS, 1996)

O Departamento de Serviço Social participou ativamente nesse processo, segundo o projeto pedagógico do curso, “alunos, professores, profissionais e o CRESS da 12ª Região” (Versão Preliminar do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC, 2006, p. 10), auxiliaram na construção de uma nova proposta que foi apresentada em 1999. Em 1999, além da implementação do novo currículo, outras mudanças ocorreram, a ampliação de vagas que passou de duas entradas anuais para quatro entradas (02 em março e 02 em agosto), totalizando o ingresso de 140 acadêmicos no período diurno e noturno. Em 2001 foi aprovado o curso de pós-graduação.

Pode-se dizer que essas iniciativas tiveram muitos aspectos relevantes, no sentido de que a criação de uma pós-graduação contribui para a produção de conhecimento e não deixa de ser uma conquista, pois acaba sendo uma forma de chamar a atenção para o curso.

Com a ampliação do número de vagas e criação do curso de pós-graduação, mas com um quadro de professores incompleto, e pode-se dizer que o ensino não passou ileso às dificuldades. Segundo Vera Maria Nogueira e Regina Célia Miotto, no ano de 2004, o Departamento de Serviço Social contava com um quadro de dez professores efetivos e 15 substitutos.

Às precárias condições de implantação do novo currículo, acrescenta-se o desafio de qualificação da formação profissional, tendo em vista o perfil do corpo docente.

Em pesquisa realizada em 2004 pelo Programa de Educação Tutorial – PET / Departamento de Serviço Social – DSS / UFSC (cabe ressaltar que esta pesquisa foi

realizada com todos os acadêmicos, matriculados em Junho de 2004 levando o ano de 2005 para ser analisada sendo publicada somente em maio de 2006), pôde-se constatar que uma grande parcela dos alunos não escolheu o curso no seu primeiro vestibular e muitos optaram por serviço social em função do baixo índice, conforme se visualiza nas Tabelas 1 e 2, a seguir apresentadas.

**Tabela 01 - Curso que o aluno prestou o primeiro vestibular**

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>FRA</b>
Sem dados	35	7,9	7,9
Administração	17	3,8	11,8
Agronomia	3	0,7	12,4
Artes Visuais	1	0,2	12,7
Biblioteconomia	2	0,5	13,1
Ciências Biológicas	8	1,8	14,9
Ciências Contábeis	2	0,5	15,4
Ciências Econômicas	4	0,9	16,3
Ciências Sociais	4	0,9	17,2
Ciências da Computação	3	0,7	17,9
Direito	40	9	26,9
Design	1	0,2	27,1
Educação Física	12	2,7	29,9
Enfermagem	12	2,7	32,6
Engenharia	9	2	34,6
Engenharia de Pesca	1	0,2	34,8
Farmácia	8	1,8	36,7
Física	1	0,2	36,9
Fisioterapia	9	2	38,9
Geografia	3	0,7	39,6
História	5	1,1	40,7
Letras	2	0,5	41,2
Matemática	2	0,5	41,6
Medicina	12	2,7	44,3
Medicina Veterinária	2	0,5	44,8
Nutrição	8	1,8	46,6
Oceanografia e Geologia	2	0,5	47,1
Odontologia	9	2	49,1
Pedagogia	16	3,6	52,7
Psicologia	41	9,3	62
Química	2	0,5	62,4
Serviço Social	131	29,6	92,1
Secretariado Executivo	1	0,2	92,3
Sistemas de Informação	6	1,4	93,7
Turismo	3	0,7	94,3
Outros	25	5,7	100
<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>100</b>	

Fonte UFSC / DSS / PET de Serviço Social (2005)

Uma análise da Tabela 1 indica que existe uma considerável porcentagem de acadêmicos que prestaram o primeiro vestibular para áreas afins ao Curso de Serviço Social, a exemplo das áreas de ciências humanas e jurídicas. Segundo a mesma Tabela 1, os quatro cursos mais procurados pelos acadêmicos que não escolheram Serviço Social no primeiro vestibular são: Psicologia, com 9,3 %; Direito com 9%, Administração, com 3,8% e Pedagogia, com 3,6%.

Com essas informações é possível fazer um paralelo com a Tabela 2, no que tange às motivações na escolha do curso de serviço social, visto que muitos optaram por Serviço Social por possuírem identificação com a área. Porém, por esta questão ser aberta, não há como saber se das áreas que o acadêmico julgava ter alguma identificação, ele escolheu ou não o Serviço Social em função da baixa concorrência. Os motivos não são necessariamente excludentes.

**Tabela 02 – Motivações na escolha do curso de Serviço Social**

<b>Motivação</b>	<b>Frequência</b>
Baixa concorrência	99
Mercado de trabalho	47
Aptidão pessoal	273
Baixa despesa	5
Ter emprego na área	14
Teste vocacional	60
Possibilidade de transferência para outro curso	20
Identificação com a área	239
Outras	38

Fonte UFSC / DSS / PET de Serviço Social (2005)

Essas motivações, conforme demonstra a Tabela 2 também precisam ser consideradas para compreensão do contexto da formação profissional e da configuração do curso de Serviço Social naquele momento.

### **1.2.2 2 Diretrizes curriculares e configuração do curso de serviço social**

O curso de Serviço Social da UFSC orienta-se por diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Na realidade brasileira, a complexidade do sistema universitário e as particularidades intrínsecas ao ensino superior se refletem diretamente no processo



de formação profissional. Essa formação, por sua vez, pode ser entendida como processo permanente de construção e reconstrução da prática profissional, que se consolida com o “seu efetivo exercício e na capacidade crítica deste exercício”, configurando-se em processo contínuo de conhecimento e na relação com a realidade social, orientada por um projeto profissional construído de forma coletiva.

Compreende-se também como formação profissional o processo de educação continuada, que necessita constantemente ser realimentada. Conforme Pinto apud Oliveira (2002, p. 60):

Ao se tratar de formação profissional, [...] está se tratando do tipo, da qualidade e da direção que o ensino de serviço social tem ou deveria ter. A formação profissional vai se construindo no exercício da prática profissional e social do assistente social e vai adquirindo consciência à medida que o profissional se reconhece e se aceita como membro efetivo da categoria e ao mesmo tempo se apropria do significado sócio-histórico da profissão. [...] A formação profissional não se completa com o curso ao contrário ele é o seu desencadeador.

Com a promulgação da LDB, em 20 de dezembro de 1996, inicia-se o processo de definição e normatização das diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, fruto do esforço coletivo para “estabelecer um patamar comum, assegurando ao mesmo tempo, a flexibilidade, a descentralização e pluralidade no ensino em serviço social”.

As mudanças no mundo do trabalho, as novas faces das questões sociais, a reforma do Estado exigiram um novo profissional, demandando que o ensino superior estabelecesse novos padrões de qualidade mais adequados à realidade social.

A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), enquanto entidade nacional representativa das Instituições de Ensino Superior (IES) no âmbito do serviço social, preocupada com a determinação dos padrões de qualificação no ensino e na sua universalização, construiu uma proposta de diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social. É o que se apresenta a seguir.

- *Princípios da formação profissional*

Os princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

- 1º Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- 2º Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam à sociedade brasileira [...]
- 3º Apreensão do significado social da profissão [...]
- 4º Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes- posta ao serviço social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- 5º Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 06).

A proposta parte da afirmação do trabalho profissional como atividade central na formação do ser social. As mudanças exigem dos profissionais não só uma nova forma de agir, mas essencialmente uma nova forma de pensar e atender às demandas: faz-se necessário um “repensar crítico do ideário profissional”.

A concretização do projeto de formação profissional remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis agrupados em núcleos de fundamentação que constituem o processo de formação profissional, quais sejam: 1º) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2º) núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3º) núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS)

Considerou-se que o necessário para a formação profissional estaria expresso nos três núcleos mencionados, ou, melhor dizendo, os conteúdos essenciais para a compreensão da profissão na sua totalidade estão presentes a partir desses núcleos, na articulação entre teoria e prática.

É uma proposta inovadora que propõe a integração entre o meio acadêmico e a sociedade. Essa nova configuração é um desafio, pois pretende “construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e busca de soluções”. (ABEPSS, 1996, p. 8) A estrutura curricular precisa refletir a realidade, ao mesmo tempo, vislumbrar o futuro e preparar profissionais qualificados a intervir nas transformações sociais.

A intenção dos núcleos é subsidiar a intervenção do serviço social em diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, sem esquecer que

é necessário ter o cuidado de avaliar a validade e a qualidade dessa proposta no sentido didático.

- *Núcleos de Fundamentação*

- a) Núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social:

Este núcleo é responsável pelo conhecimento e compreensão do ser social “enquanto totalidade histórica”, analisando os componentes da vida social de uma forma geral. Ênfase será dada às disciplinas que contemplem aspectos relacionados ao trabalho, que é entendido como “eixo central” do processo de reprodução da vida social: a divisão de classes e do saber em suas relações de exploração e dominação. Referido núcleo enfatiza as teorias modernas e contemporâneas no processo de conhecimento do ser social.

- b) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:

Este núcleo é responsável pelo estudo e conhecimento das configurações econômica, social, política e cultural da sociedade e suas diversidades; espaço onde serão analisadas as relações entre Estado e sociedade, as políticas sociais e sua inserção no cenário internacional, assim como as diversas manifestações da questão social.

- c) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

Para o presente estudo este é considerado o núcleo de maior importância e que melhor precisa ser analisado, pois é nele que se concentram as disciplinas do fazer profissional. Porém, não se resume ao fazer profissional tão-somente, eis que para o seu desenvolvimento precisa-se ter claro “o que fazer”, “por que fazer”, “como fazer” e “para que fazer”. Para tanto, é necessário compreender a dinâmica do trabalho profissional e a relação entre assistente social, usuário e questões sociais.

Segundo as diretrizes curriculares, constantes do item 3.1.3, da ABEPSS (1996, p. 10):

O conteúdo deste núcleo considera a profissão do serviço social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as

múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articulada aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima; os meios de trabalho (instituições técnicas e recursos materiais; e a atividade do sujeito).

A forma de intervenção profissional acompanha as transformações históricas da sociedade é preciso então uma compreensão da evolução da profissão, da própria trajetória da vida social das pessoas, dos ciclos pessoais e das mudanças na realidade para assim projetar-se para o futuro criando estratégias e soluções para emancipação do sujeito.

#### • *Matérias Básicas*

As matérias são expressões de áreas de conhecimento que são formadas por disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes do currículo.

As matérias básicas propostas somam o número de quinze e são as seguintes: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Direito e, ainda, aspectos da formação sócio-histórica do Brasil, política social, acumulação capitalista e desigualdades sociais, fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, processo de trabalho do serviço social, administração, planejamento em serviço social, pesquisa em serviço social e ética profissional.

São duas as disciplinas integradoras do currículo: o estágio supervisionado obrigatório e o trabalho de conclusão do curso.

O estágio supervisionado se configura na inserção do acadêmico no espaço sócio-institucional. Esse é o primeiro contato com a profissão e quando ocorre a capacitação e treinamento do acadêmico, fazendo necessária uma supervisão sistemática. A supervisão será realizada pelo professor supervisor e o profissional de campo, mediante reflexão, acompanhamento e sistematização do plano de estágio, em um trabalho conjunto entre unidade de ensino, unidade campo de estágio, tudo baseado na Lei nº 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e no Código de Ética do Profissional (1993). O estágio sempre deverá ocorrer no período do ano letivo.



O trabalho de conclusão de curso, por seu turno, é uma exigência curricular para obtenção do diploma de graduação do Curso de Serviço Social e nele será sistematizado o conhecimento de um processo investigativo. É um momento de síntese e, ao mesmo tempo, de expressão da totalidade da formação profissional.

A propósito, a ABEPSS faz algumas recomendações e observações para as Instituições de ensino, entre elas destacam-se as seguintes.

a) Quanto à carga horária

Estipulou-se uma carga horária mínima de 2700 horas; cursos diurnos e noturnos com o mesmo padrão de qualidade; na definição dos currículos plenos deve-se destinar parte da carga horária total para atividades complementares, aí compreendidas atividades de monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários.

O estágio supervisionado constitui momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional e deverá ter carga horária mínima 15% da carga horária mínima definida para o curso.

Também ficou determinado que as diretrizes curriculares definidas pela ABEPSS teriam de ser implantadas no prazo máximo de dois anos após a sua aprovação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

b) Quanto à organização curricular

No que se refere à organização do curso, este é estruturado em oito semestres, sendo que em cada fase são ministradas disciplinas de 72 horas/aula ou 36 horas-aula. A duração do curso é de 3.240 horas.

Segundo o agrupamento das disciplinas nos núcleos tem-se a seguinte disposição: o núcleo de formação profissional é composto por 43 disciplinas; 10 do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 11 do núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 16 do núcleo de fundamentos do trabalho profissional e 07 de livre escolha (Anexo B).

Importante ressaltar que as diretrizes vêm sendo implantadas desde a segunda metade da década de 1990 e estão sendo avaliadas em nível nacional. A primeira apresentação do relatório ocorreu no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no período de 04/12/2006 à 08/12/2006 na cidade de Recife.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC, baseia-se nos princípios e valores contidos no código de ética profissional do assistente social, porém cabe mencionar que atualmente existe apenas uma versão preliminar deste projeto, que visa formar o profissional em serviço social.

Parte desse projeto foi apresentada em 1999 e implantada junto aos cursos matutino e noturno. Após um ano de sua implementação, uma avaliação foi realizada quanto ao ensino da prática profissional.

Segundo DSS (2006, p.26) o ponto fundamental para tal avaliação foi a afirmativa básica de que o processo de ensino aprendizagem da profissão se realiza “ao longo de todo o curso”, por meio de disciplinas que possibilitam contato com a realidade social, matéria-prima para a intervenção profissional.

Importante assinalar que o currículo do curso, tal como se apresenta, pode ser considerado audacioso e inovador, uma vez que a UFSC é a única universidade do Brasil a instituir o estágio curricular obrigatório em apenas um semestre. Diante da assertiva, torna-se necessária uma avaliação cuidadosa para que não haja o risco de comprometer a formação profissional.

## **CAPÍTULO 2**

### **O ESTÁGIO NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC: O TEXTO NO CONTEXTO**

#### **2.1 Mudanças no estágio curricular obrigatório**

Após um ano da implantação do currículo e realizadas as avaliações acerca das mudanças ocorridas observou-se que as propostas haviam avançado nos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e de fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira. Porém, quanto ao “núcleo de fundamentos de trabalho profissional os avanços foram poucos” segundo Mito & Nogueira (2006, p. 236), no documento de avaliação apresentada no seminário latino-americano de serviço social.

Tal reflexão levou o Departamento de Serviço Social da UFSC a reavaliar o processo de ensino da prática e, como dito anteriormente, a análise teve como ponto de partida a concepção de que o processo de ensino-aprendizagem da prática profissional se realiza ao longo do curso com todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo. Conforme MIOTO & NOGUEIRA, 2006, p. 236.

[...]o processo de ensino aprendizagem da prática profissional se realiza ao longo do curso através de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo. Entende-se dessa forma que a competência profissional está ancorada no conjunto de conhecimentos teóricos, metodológicos, ético político e instrumental [...].

Nesse pensar, entendeu-se que o fazer profissional se concretiza através de várias disciplinas relacionadas aos conhecimentos teórico, metodológico, ético, político e instrumental. Não obstante, mesmo com o núcleo do trabalho profissional percebeu-se a necessidade de outro um núcleo de disciplinas que abordassem especificamente o fazer profissional.

#### **2.2 A proposta curricular anterior**

Até o ano 1996 o ensino da prática possuía uma configuração muito diferente da antiga proposta curricular.

Importante registrar que no presente estudo não pretende avaliar se referida proposta é melhor ou não, pois o objetivo é apenas expô-la para que sirva de base à compreensão das razões das mudanças.

A esse respeito, segundo os Anais do Seminário Latino Americano de Serviço Social (MIOTO & NOGUEIRA, 2006, p. 237):

Em 91 objetivando a integração do ensino teórico prático e uma maior qualificação da prática profissional, foram criados 4 núcleos de estudos. Estes núcleos, na sua estruturação, deveriam ser os responsáveis pela integração do ensino, pesquisa e extensão, sendo que o ensino seria o grande vetor de suas atividades. Ou seja, os núcleos eram responsáveis pela supervisão do estágio curricular obrigatório. Este era desenvolvido pelos alunos em três semestres consecutivos (5,6,7) com a carga horária total de 648 horas.

A supervisão cabia aos subnúcleos que eram encarregados de proporcionar uma maior aproximação entre supervisores de campo, professores supervisores e acadêmicos. A integração entre os diversos campos era de responsabilidade dos núcleos, bem como a articulação de projetos de pesquisa e extensão.

Esse formato durou até 1998 e em 1999, com a implantação do novo currículo, optou-se por alterar a metodologia de supervisão do estágio curricular obrigatório, mas ainda, em tese, manteve-se o estágio como eixo principal do processo de ensino-aprendizagem.

Na visão de Buriolla (1995, p. 11):

O estágio supervisionado é parte integrante e essencial na formação do assistente social. É o lócus apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensino aprendizagem operacional, dinâmica criativa que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade tornando o estagiário consciente de sua ação.

Com o pressuposto da centralidade da prática na formação profissional, definiu-se que a supervisão se desenvolveria através da oferta de disciplinas para um número menor de alunos. Ao mesmo tempo se analisariam as áreas e afinidades entre as disciplinas.

Os desafios para a mudança foram gerados em função das novas diretrizes curriculares. Logo, professores, acadêmicos e profissionais supervisores depararam-se com três questões a serem solucionadas: “formação generalista

versus formação especializada, integração teórica e prática e responsabilidade sobre o ensino do trabalho profissional” (NOGUEIRA; MIOTO, 2006, p. 238)

Com relação à primeira questão, sempre houve certa dissonância sobre a proposta generalista do curso que abrange diversas áreas e a efetivação de um ensino da prática focado em uma única área, via estágio, e que dificulta a relação da área específica com uma política mais ampla.

No que alude à segunda questão, era possível perceber um descompasso entre a base teórica fomentada pela universidade e a realidade profissional. Pode-se falar também em um certo distanciamento entre a instituição de ensino e a unidade campo de estágio.

Quanto aos demais aspectos, segundo Nogueira e Mito (2006, p. 239):

[...] Em meio a esse debate foi crescendo a percepção de que o alcance dos objetivos da nova proposta curricular implicava na capacidade do próprio curso tomar em suas mãos o processo de ensino do trabalho profissional [sic]. Ou seja, proporcionar experiências de formação na área do trabalho profissional, numa perspectiva generalista, de indissociabilidade entre teoria e prática e integrada ao projeto ético político da profissão [...].

O processo de articulação da proposta se desenvolveu a partir da premissa de que todos os alunos deveriam ter contato com áreas comuns à prática profissional, assim como o mínimo de instrumentalização para que ao chegar ao estágio curricular obrigatório, tivessem condições de se verem como sujeitos no processo, desenvolvendo-se de forma crítica.

A essência da mudança foi vislumbrada por meio da Lei nº 8.662/93, Lei de Regulamentação da Profissão, que a partir da análise das atribuições do assistente social permitiu que se recortassem três áreas de ensino da prática profissional, a saber: a) ações relacionadas à organização e assessoria de movimentos sociais; b) ações relacionadas a instituições e organizações; e c) ações relacionadas à intervenção com famílias e segmentos sociais vulneráveis.

Dessa forma, acreditou-se que a formação generalista proposta pelo curso seria contemplada, pois necessariamente a intervenção profissional se dá pelo menos em um dos vetores anteriormente mencionados.

Avaliou-se também que o ensino da prática, assim desenvolvido, traria inúmeros benefícios para a intervenção profissional, já que o espaço de debate estaria mais qualificado.



Outro aspecto considerado fundamental é a sustentação da indissociabilidade entre teoria e prática proporcionada por disciplinas que compõem o núcleo de formação profissional e estão distribuídas entre a terceira e a oitava fases do curso.

Assim, nas quarta, quinta e sexta fases estão alocadas seis disciplinas que se desenvolvem de forma articulada (uma prática e outra de embasamento teórico), a saber: a) Movimentos sociais e conselhos de direitos; sendo duas disciplinas de setenta e duas horas cada uma (teoria e prática); b) Instituições e organizações; e c) Família e segmentos sociais vulneráveis.

A dinâmica das disciplinas é a seguinte: uma delas dá a sustentação teórica para o exercício prático, que ocorre nas oficinas práticas correspondentes. A perspectiva do curso considera que referidas disciplinas tenham as mesmas características de um estágio. Conforme Mioto & Nogueira:

À cada área temática [...] estão articuladas duas disciplinas de 72 horas cada uma, que funcionam de forma integrada, sendo que uma delas centra o foco na sustentação teórica e outra concentra a atenção na questão da operatividade e viabiliza o exercício prático.(2006, p.240)

Importante ressaltar que a organização e efetivação de tais disciplinas não devem ser vistas de uma forma tão positiva e simples, pois a realidade nem sempre mostra uma sintonia entre as disciplinas teóricas e práticas. Outro aspecto a destacar, fundamental na dinâmica do estágio, é que inúmeras vezes o acadêmico não consegue se perceber como sujeito do processo, igualmente não consegue compreender a dimensão técnico-operativa da profissão que está sendo realizada e também ensinada.

Enfim, o estágio curricular obrigatório vem-se desenvolvendo na sétima fase, em caráter intensivo, quando o acadêmico deverá cumprir um total de quatrocentos e cinquenta horas.

Para iniciar o estágio, o acadêmico deverá ter cumprido todas as disciplinas oferecidas até o sexto período com exceção das optativas e dos seminários temáticos. A matrícula deve ser efetivada na disciplina de supervisão de estágio curricular obrigatório. Nessa disciplina os estagiários receberão acompanhamento individualizado e em grupo, atividade que possibilitará o

desenvolvimento e execução do plano de estágio, o projeto de intervenção e o relatório final de estágio.

Como já mencionado, o estágio é realizado na sétima fase do curso, porém existe a opção de o acadêmico dividi-lo em duas etapas, ou seja, trezentas horas nesta fase e cento e cinquenta na oitava. A única recomendação é a de concentrar a maior carga horária do estágio na sétima fase, quando o currículo prevê apenas o estágio e a supervisão, pois na oitava o acadêmico, além do trabalho de conclusão de curso, deverá cursar ainda a disciplina de análise e avaliação do trabalho profissional, o que, enfim, acabaria por dificultar o andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Na elaboração dessa proposta foi levado em conta o perfil do aluno trabalhador que representa a grande parcela dos acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSC, como poderá ser observado nas Tabelas 3 e 4 apresentadas a seguir.

**Tabela 03: Alunos que trabalham**

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Sem dados	2	0,5
Sim	341	77,1
Não	99	22,4
Total	442	100

Fonte DSS/Pet (2006)

Como podemos perceber na tabela 03, 77,1% dos alunos do curso de Serviço Social trabalham, e este aspecto é de fundamental importância para compreensão da realidade do curso, visto que quando se pensa em educação é preciso entender o contexto social em que ela se desenvolve e neste ponto temos como demanda o aluno que não pode ser dedicar em tempo integral aos estudos.

Outro aspecto que pode ser analisado através desta tabela, é o fato de que muitos acadêmicos podem ter escolhido o curso de serviço social em função dele também ser oferecido no período noturno, fato este que pode ser evidenciado na tabela 04.

**Tabela 04: Distribuição da carga horária semanal**

	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>FRA</b>
Sem dados	6	1,4	1,4
Até 10 horas	15	3,4	4,8
Até 20 horas	132	29,9	34,6
Até 30 horas	55	12,4	47,1
Mais de 30 horas	135	30,5	77,6
Não se aplica	99	22,4	100
Total	442	100	

Fonte DSS/Pet (2006)

Conforme a tabela acima, 30,5% dos acadêmicos do curso de Serviço Social trabalham acima de trinta horas semanais.

Como citado no início deste trabalho, acredita-se que a educação precisa ser compreendida a partir do contexto social dos indivíduos envolvidos no processo. Todavia, não se pode esquecer que todo o curso de formação deve ter como premissas básicas a qualidade e a excelência do ensino, que serão alcançadas com o desenvolvimento de estratégias de ação que respeitem as diferenças, mas, acima de tudo, não desqualifiquem o curso.

Nessa linha, é preciso destacar algumas dificuldades apresentadas com as propostas de mudança de currículo, percebidas durante a realização do estágio e suscitadas em discussões na disciplina de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório:

- quatrocentos e cinquenta horas concentradas em um semestre não permite conhecer adequadamente a instituição, elaborar um plano, definir um projeto de intervenção e tampouco proceder a uma análise e expô-la em um relatório;
- a precarização e a flexibilização do trabalho dos assistentes sociais reflete-se diretamente na dinâmica do estágio, visto que este nem sempre é compreendido como parte de um processo de formação profissional e sim como uma forma de obter mão-de-obra qualificada por um custo muito baixo, mas esse ponto será discutido mais adiante;
- para o próprio acadêmico a dimensão do estágio perde um pouco o sentido, pois ele acaba ficando preso às obrigações impostas pela universidade e se desliga da importância do ensino da prática;
- as unidades de estágio passaram a rejeitar acadêmicos que estejam na sétima fase, pois sabem que o ciclo de vida acadêmica está terminando;



- os acadêmicos, quando rejeitados, vêem-se obrigados a procurar estágio antes da sétima fase, tendo assim de cumprir um estágio não obrigatório, cujas horas não são validadas posteriormente;
- o distanciamento entre instituição de ensino e unidades campo de estágio continua ocorrendo.

Uma das razões dos problemas apontados reside na falta de uma proposta nacional para a realização dos estágios curriculares de serviço social. Essa carência acaba provocando uma variedade de práticas que nem sempre primam pela qualidade e, muitas vezes, acabam não atingindo os objetivos propostos pelas diretrizes curriculares.

### **2.3 Normatização dos estágios**

O estágio em serviço social no Brasil existe desde a década de 1930, com a implantação das primeiras escolas de Serviço Social.

A partir da regulamentação da profissão passa a existir legislação específica para o estágio, que visa assegurar a qualidade da execução e fiscalizar as condições de estágio.

O Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954, que regulamenta a Lei nº 1.889, de 14 de junho de 1953, determina, no artigo 4º, que o curso ordinário de Serviço Social, cuja duração mínima é de três anos compreende, além do ensino teórico e prático, estágios supervisionados e realização do trabalho final de exclusiva autoria do aluno.

Por seu turno, a Lei nº 32.521, de 27 de agosto de 1957, regulamenta a profissão e determina que entre as atribuições do Assistente Social está a tarefa de “supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de serviço social”.

Segundo a Resolução de Conselho Federal da Educação, de 13 de março de 1970, que regulamenta o currículo mínimo do Curso de Serviço Social, nos art. 7º e 9º assim prescreve:

Art. 7º A teoria do serviço social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.  
[...]

Art. 9º. Os estágios práticos, base do curso na sua base profissional, acompanharão toda duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos.

Com o novo Código de Ética, de 13 de maio de 1993, o tema dos estágios já expressa a preocupação com os rumos desta prática, que vinha sendo distorcida.

Dessa forma, no Título II - Dos direitos e das responsabilidades do Assistente Social, o artigo 4º determina que:

É vedado ao Assistente Social: [...] d) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas em substituição aos profissionais; e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de serviço social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro Assistentes Sociais que realizem acompanhamento direto ao aluno estagiário.

Referida Resolução tem a intenção de impedir que o estágio seja desvirtuado e entendido como utilização de mão-de-obra barata, eis que neste período o acadêmico está muito próximo de vir a tornar-se um profissional. Com efeito, para evitar a descaracterização do ato educativo que está contido na dinâmica do estágio, criou-se a Resolução, justo para não deixar que os envolvidos ficassem sem parâmetros de ação.

Em 7 de junho de 1993, o então Presidente da República Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.662/93, regulamentando o exercício profissional do Assistente Social. O artigo 5º da citada lei fixa as diretrizes para o estágio e o artigo 14 define que, *verbis*:

Art. 5º. Constituem atribuições privativas do assistente social [...] VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de serviço social.

Art. 14. Cabe às unidades de ensino credenciar e comunicar aos conselhos regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os assistentes sociais responsáveis por sua supervisão [...] Somente os estudantes de serviço social, sob supervisão direta de assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderá realizar estágios de serviço social.

Além das leis e diretrizes específicas do curso existe a legislação federal que traz algumas recomendações aos estágios do ensino superior em geral, e também a legislação das unidades de ensino.

No que se refere à Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994, o artigo 1º assim estabelece:

Art. 1º. O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante para esse fim estar em condições de estagiar.

[...]

Parágrafo 2º. Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento humano.

O Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, em seu artigo 2º, explica o estágio curricular nos seguintes termos:

Considera-se o estágio curricular, para efeitos deste decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto às pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Instituição de ensino.

O artigo 3º do mesmo Decreto determina que o estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria e dele participam pessoas jurídicas de direito público ou privado, oferecendo oportunidades de campos de estágio e outras formas de ajuda que colaborem com o processo educativo.

Em outro ponto o Decreto mencionado também estabelece que o estágio não cria vínculo empregatício e, como dito anteriormente, a instituição de ensino se responsabiliza pela regulamentação e normatização referentes à carga horária, duração, jornada, avaliação, orientação, supervisão e condições gerais dos campos de estágio. O convívio nos campos de estágio é de responsabilidade da unidade de ensino, já o seguro de acidentes em favor do estagiário é de responsabilidade da unidade concedente.

A intenção da legislação é a de proteger e manter o compromisso com a formação do acadêmico. Vê-se, pois, que o legislador procurou assegurar a qualidade do ensino da prática, tentando superar possíveis problemas ou dificuldades que possam inviabilizar uma situação efetiva de treinamento.

Não obstante a legislação existente cabe apontar alguns obstáculos que dificultam o andamento dos estágios, percebidos com a própria experiência e participação nas disciplinas de supervisão de estágio, bem como depoimentos de outros acadêmicos:

(i) muitas instituições não oferecem condições mínimas para a realização do estágio;

(ii) a unidade de ensino e o campo de estágio nem sempre estão em harmonia, e o processo de troca de experiências e conhecimentos se perde em função do afastamento entre as Unidades;

(iii) as Unidades de campo de estágio nem sempre estão preparadas para receber estagiários. O profissional responsável pela supervisão do acadêmico nem sempre está apto para desempenhar esta função, seja porque a universidade não prepara o acadêmico para um dia ser supervisor; seja porque não existem padrões de supervisão (geralmente o profissional acaba reproduzindo o tipo de supervisão que recebeu quando também era acadêmico);

(iv) com a carência de referencial teórico sobre o tema da supervisão os profissionais de campo acabam não encontrando meios para melhorar o seu desempenho enquanto supervisor.

Esses aspectos, em rigor, não poderão ser superados com a legislação. Tal tarefa cabe muito mais as instituições que precisam investir no trabalho de aproximação entre os campos de estágio e as unidades de ensino.

### **2.3.1 A legislação da UFSC para a realização de estágios**

Na UFSC, todos os estágios são curriculares e classificam-se em obrigatórios e não obrigatórios.

O estágio não obrigatório é considerado uma atividade complementar à formação acadêmica e profissional do aluno, porém a sua não-obrigatoriedade não dispensa a das atividades por um professor.

Os estágios podem também ser realizados fora do município, desde que haja “orientação local por um profissional vinculado ao campo de estágio”, mas vale ressaltar que esta é uma possibilidade pouco indicada visto que a dinâmica de supervisão pedagógica poderia ser prejudicada.

A Tabela 05, a seguir, apresenta a concentração de acadêmicos por localização de campos de estágio.

**Tabela 05: Localização dos campos de estágio**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Estudantes 2005/2</b>	<b>Estudantes 2006/1</b>	<b>TOTAL</b>	<b>FRAÇÃO</b>
Florianópolis	35	37	72	80%
São José	11	-	11	12,22%
Biguaçu	-	01	01	1,11%
Laurentino	-	01	01	1,11%
Joinville	01	-	01	1,11%
Salto do Lontra	-	01	01	1,11%
São João Batista	01	-	01	1,11%
Palhoça	01	01	01	1,11%
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>41</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>

Adaptado: DSS/Coordenadoria de estágios (2006)

A análise da Tabela 05 indica que há pouco deslocamento dos acadêmicos para outras localidades e que os campos de estágio estão concentrados nos municípios da Grande Florianópolis.

No art. 6º do Regulamento Geral de Estágios da UFSC está determinado que: “A avaliação dos estágios seguirá o disposto na norma dos cursos de graduação. O regulamento de estágios dos cursos poderá estabelecer formas e critérios específicos de avaliação desde que não previstos naquele regulamento” (UFSC, 1998)

A coordenação dos estágios no âmbito da UFSC será de competência dos seguintes órgãos: “I - Coordenadoria geral de estágios PREG; II - Coordenadoria de estágios dos cursos, departamentos ou unidades universitárias; e III - Colegiado de estágios” (UFSC, 1998).

O Regulamento Geral de Estágios da UFSC, em 31 de maio de 2000, passou a estabelecer, em seu art. 1º, que:

Art. 1º. Para que sejam consideradas como válidas as atividades de estágio referentes aos cursos de graduação deverão ser estabelecidos termo de convênio de estágio e cooperação a ser



firmado entre a unidade concedente e a UFSC, esta representada pela pró-reitoria de ensino de graduação (UFSC)

O Programa de Atividades de Estágio (PAE) esta apresentado no Anexo C do presente trabalho.

A Coordenadoria de Estágios do Departamento de Serviço Social é o órgão da UFSC responsável pela orientação, fiscalização e eventos realizados no âmbito dos estágios.

O coordenador de estágios tem suas funções definidas no art. 9º das diretrizes curriculares de estágio do Curso de Serviço Social:

I - Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relativas ao estágio [...]; Analisar as propostas de estágio curricular formuladas pelos diferentes espaços ocupacionais e credenciar os campos de estágio [...]; Promover encontros sistemáticos de análise e avaliação com os professores supervisores de estágio e profissionais envolvidos no projeto de estágio curricular [...]; Providenciar o encaminhamento dos acadêmicos aos respectivos campos de estágio [...].

Para o bom desenvolvimento do estágio a coordenadoria tem fundamental importância, pois todo o processo necessariamente passa por este setor. Atualmente a coordenadoria é composta por três professores que são os responsáveis pelas disciplinas de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório I e II, no período matutino e noturno. Em rigor, são quatro turmas e, pois por se tratar de supervisão, a dinâmica é diferente de uma aula normal, o que acaba inviabilizando turmas com mais de dez alunos. E mais: duas professoras são responsáveis pelas disciplinas referentes ao Estágio Obrigatório e uma outra que trabalha com as disciplinas de Supervisão de Estágio Curricular não Obrigatório I e II, no período vespertino.

A equipe da coordenação de estágios, a partir do segundo semestre de 2002, passou a apresentar a seguinte estrutura: um coordenador com dez horas-aula semanais, um funcionário administrativo, um bolsista (suporte da secretaria de estágios) e o apoio de duas monitoras que se dividem para auxiliar nos trabalhos das disciplinas de supervisão de estágio e atender a demanda de atividades inerentes à coordenação de estágios. A coordenadora é uma das professoras responsáveis pela disciplina de Supervisão de Estágio.

Ante o exposto, fácil perceber que a coordenação nem sempre consegue tempo para organizar todas as funções que lhe são atribuídas, visto que o número



de funcionários é reduzido e a demanda muito acima do que a equipe pode atender. e este é apenas um reflexo do restante do Departamento.

A propósito, o momento presente é de mudança e reestruturação, pois a UFSC, com a nova proposta curricular, incumbiu-se da centralidade do ensino da prática. Todavia, para poder dar conta das atividades inerentes precisará reorganizar-se e rever alguns pontos que estão dificultando ou desqualificando os estágios. A exemplo do estágio obrigatório centrado em uma fase, proposta esta que vem sendo rejeitada pelos campos de estágio e pelos próprios acadêmicos que já sentem na pele a dificuldade da realização do estágio neste formato. A fim de exemplificar transcreveremos o depoimento de uma supervisora de campo presente na dissertação de Jayson Vaz Guimarães (2004, p. 89)

[...] é o problema, não só eu como a maioria dos supervisores que participaram da reunião de supervisores, foi um consenso geral, que um semestre não é bom. [...] o aluno quando sai na sexta fase e vai para a sétima fase estaria pronto porque já participou destas oficinas. Eu não concordo com isso, teoricamente a coisa funciona muito bem, é muito bonito teoricamente, só que a gente sabe que o semestre com a oficina de família não habilita e não apronta o aluno para trabalhar com família, um semestre. Esta oficina de família significa que o aluno vai a campo e faz quatro visitas domiciliares para uma família e faz o estudo social, isso para mim não habilita o aluno para trabalhar com família. [...] Eu só aceito estagiários que vem um semestre antes, isto é na sexta fase, eles venham uma vez por semana conhecer a instituição. [...] Porque eu não acredito que um estagiário que veio só um semestre leve um tempo x para entender a instituição, quando ele fica bom, acabou o estágio, eu não acredito que isso funcione. Isto é consenso de todos (E – PC – UFSC).

Desde que a nova coordenadoria assumiu foram realizados quatro Fóruns de Supervisão de Estágio com o intuito de aproximar a universidade e o campo de estágio, assim como levantar propostas para estruturação de um curso específico para supervisores de campo.

No terceiro Fórum de Supervisão, realizado em outubro de 2006, do qual participaram a equipe de coordenação, vinte e três acadêmicos e vinte e oito supervisores de campo, ficou definido que a ata da reunião seria encaminhada ao colegiado de curso para que fossem estudadas as possibilidades de mudanças no currículo. Sabe-se, porém, que esse é um longo processo que possui inúmeras etapas; entre elas a construção de uma proposta coletiva a partir da avaliação do módulo atual.

Nesse mesmo evento os supervisores de campo demonstraram sua indignação com o estágio obrigatório realizado em apenas um semestre, sob a alegação de que o acadêmico não dispõe de tempo suficiente para conhecer a organização, sem contar que aqueles que nunca tiveram contato com o trabalho profissional apresentam muitas dificuldades. Tal fato acaba dificultando o desenvolvimento do trabalho dos supervisores, vistos que as assistentes sociais precisam estar auxiliando o acadêmico e acabam não desempenhando as próprias funções.

Alguns supervisores sugeriram que todas as assistentes sociais passassem a não aceitar estagiários de sétima fase, consoante se extrai da ata da reunião respectiva (Anexo D).

Um dos problemas existentes alude ao fato de que as assistentes sociais sofrem com o acúmulo de funções; logo as tarefas de supervisionar e orientar o estagiário não são fáceis, uma vez que o acadêmico chega à organização com muitas expectativas, ansiedade e angústias. Existe ainda a falta das condições de trabalho que é mais um empecilho para que a relação de supervisão se estabeleça de forma positiva. Sem a atividade de supervisão, o estágio perde o sentido educativo e passa a mera reprodução de trabalho.

Para os acadêmicos essa também é uma relação difícil porque a maioria acaba sofrendo com a falta de estrutura das organizações em que estagia, seja no que se refere aos recursos humanos, financeiros ou materiais.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis é a instituição que concentra o maior número de estagiários do Curso de Serviço Social da UFSC. Por essa razão é importante apresentar as condições de trabalho, o histórico, os programas e os estágios envolvidos.

Antes, porém, e para bem compreender as condições de trabalho dos assistentes sociais será necessário discorrer brevemente sobre as mudanças no mundo do trabalho, como contexto que influencia diretamente o desenvolvimento do estágio - foco principal deste trabalho.

## **2.4 Caracterização dos estágios/estagiários**

A Tabela 06 apresentada na página seguinte demonstra em grande parte as áreas em que foram realizados os estágios.

Quanto às áreas de concentração dos estágios, podemos perceber conforme a tabela 06 que a saúde é a área que mais absorveu estagiários no período analisado, seguido da área da família, criança e adolescente. Esta tabela, porém não retrata a realidade fielmente, visto que não foi possível a obtenção de todos os dados necessários para a análise por falta de dados específicos no preenchimento do PAE.

**Tabela 06: Área de conhecimento de realização dos estágios**

ÁREA	Estudantes 2005/2	Estudantes 2006/1	Total
Saúde	10	13	23
	07	02	09
Jurídica			
Habitação	03	03	06
Família, Criança Adolescente	04	11	15
Projetos Sociais	04	-	04
Educação	02	01	0
Pessoas com deficiências	04	01	05
Assistência Social	03	02	05
Empregados	04	03	07
Movimentos Sociais	-	01	01
Dependência Química	-	01	01
Sem Dados	8	3	11
TOTAL	41	38	79

Adaptado de DSS/Coordenadoria de Estágios (2006).

A Tabela 07 nos apresenta o sexo dos acadêmicos no período do 2º semestre de 2005 à 1º semestre de 2006.

**Tabela 07: Distribuição dos acadêmicos por sexo**

SEXO	2005/2	2006/1	TOTAL	FRAÇÃO %
Feminino	47	41	88	97,77%
Masculino	02	0	02	2,22%
Total	49	41	90	100%

Adaptado de DSS/Coordenadoria de Estágios (2006)

Como podemos na tabela acima existe uma porcentagem muito superior de acadêmicos do sexo feminino com um índice 97,77% com relação ao sexo

masculino. Este porém é um fato que pode-se perceber no cotidiano do curso e da própria profissão.

A tabela seguinte mostra o local de residência dos acadêmicos de serviço social, no período de 2004

**Tabela 08: Local de residência dos acadêmicos**

	<b>Freqüência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>FRA</b>
Florianópolis – Centro	75	17	17
Florianópolis – Continente	44	10	26,9
Florianópolis – Praia	56	12,7	39,6
Florianópolis – UFSC	119	26,9	66,5
Grande Florianópolis	143	32,4	98,9
Outros	5	1,1	100
<b>Total</b>	<b>442</b>	<b>100</b>	

Fonte: DSS/PET (2006).

Segundo a Tabela 8 constata-se que 98,9% dos acadêmicos matriculados em junho de 2004 moravam na Grande Florianópolis e 66,5% residiam próximo a UFSC.

## **PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SÓCIAIS: PRECARIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS?**

### **3.1 Mudanças e transformações no mundo do trabalho**

Esta seção discutirá as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas conseqüências para a profissão do assistente social e para o próprio Curso de Serviço Social, seja por meio de novas demandas, seja pela distinta realidade que está a impor novas posturas.

De acordo com Abreo (s.d., p. 02):

As transformações societárias vêm implicando, não só na emergência de novas demandas para o serviço social, como na necessidade premente de redimensionar a formação profissional a partir de procedimentos investigativos que tomem como objeto as mudanças do espaço ocupacional do assistente social. Ademais, é preciso pensar a formação profissional sob a égide curricular, considerando que é em suas escolas, que o Serviço Social estimula e efetiva elementos constitutivos à formação acadêmica e profissional dos futuros assistentes sociais.

No Brasil, o aspecto social vem sendo relegado a segundo plano, conseqüência de um projeto neoliberal que se preocupa em atender as necessidades da classe dominante. Logo, as profissões ligadas aos direitos sociais também não recebem o devido respeito, sendo desvalorizadas com baixos salários ou com condições de trabalho cada dia mais precarizadas.

O Projeto neoliberal que se preconiza acaba por alijar qualquer possibilidade de superação da situação em que se encontram milhares de brasileiros. Temos um Estado voltado para o setor econômico, globalizado e descentralizado, onde se faz o mínimo para as necessidades sociais reais e se aniquila qualquer horizonte que altere o grau de desemprego e miserabilidade que se instalou no Brasil, onde os direitos escamoteados, impera a política do favor e da ajuda, ao mesmo tempo que os serviços públicos são rechaçados (ABREO, [s.d.], p. 03).

Nesse contexto constata-se que os assistentes sociais não podem limitar-se a desempenhar tão-somente as atividades que lhes são tradicionalmente postas, isso porque mercado de trabalho e sociedade estão a exigir um profissional



polivalente. Todo esse movimento é consequência das grandes mudanças societárias que vêm ocorrendo no país em virtude da globalização<sup>5</sup>, terceirização e do avanço da doutrina neoliberal, já apresentada no início deste trabalho.

Iamamoto (1997, p. 31), nesse sentido, comenta que é preciso:

[...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica não só executiva, mas que possa analisar, pesquisar e decifrar a realidade alimentada por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade.

Na parte final deste capítulo serão analisadas mais especificamente as condições de trabalho das assistentes sociais na Prefeitura Municipal de Florianópolis e as implicações impostas à dinâmica dos estágios em função da precarização do trabalho.

Pode-se dizer que as mudanças no mundo do trabalho iniciaram-se em torno dos anos 1970.

Segundo Antunes (1999, p. 31):

[...] a denominada crise do fordismo e keynesianismo era expressão fenomenal de um quadro crítico mais complexo. Ele exprimia em seu significado mais profundo uma crise estrutural do capital [...]. Com o desencadeamento de sua crise estrutural começava também a desmoronar o mecanismo de 'regulação' que durou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominações, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desvantagem do setor produtivo estatal,

<sup>5</sup> "Globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e espacial e barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no final do século XX. É um fenômeno observado na necessidade de formar uma Aldeia Global que permita maiores ganhos para os mercados internos já saturados.

A rigor, as sociedades do mundo estão em processo de *globalização* desde o início da História. Mas o processo histórico a que se denomina globalização é bem mais recente, datando (dependendo da conceituação e da interpretação) do colapso do bloco socialista [...]

As principais características da globalização são a homogeneização dos centros urbanos, a expansão das corporações para regiões fora de seus núcleos geopolíticos, a revolução tecnológica nas comunicações e na eletrônica, a reorganização geopolítica do mundo em blocos comerciais regionais (não mais ideológicos), a hibridização entre culturas populares locais e uma cultura de massa supostamente 'universal', entre outros". Cf. WIKIPEDIA. Disponível em: <[www.wikipedia.org/globalizacao](http://www.wikipedia.org/globalizacao)>. Acesso em: 24 fev. 2007.



[...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção do trabalho.

A reestruturação do capital iniciou profundas mudanças com vistas a reorganizar o padrão produtivo. Assiste-se a passagem do vigoroso padrão de acumulação e regulamentação fordista-keynesista para um novo padrão – a acumulação flexível.

Segundo Serra (2001, p. 155), alguns pontos necessitam ser destacados para se entender a nova configuração do trabalho dos assistentes sociais:

1°. existe correlação entre as alterações do processo de produção e as “condições de reprodução e socialização da força de trabalho”;

2°. alteração nas leis e normas que acabaram viabilizando a implantação do novo padrão de produção e nomeou o Estado como responsável pela regulamentação. Esse mesmo Estado precisou ser reformado para atender ao mercado que lhe determina uma nova forma de agir;

3°. a mudança ideo-política provocada pelo neoliberalismo.

No Brasil as políticas sociais e econômicas são implementadas por governos neoliberais, logo estas políticas atendem aos ideais do sistema neoliberal. Como exemplos têm-se as privatizações de empresas estatais, a diminuição dos gastos sociais, a flexibilização das relações de trabalho, a institucionalização do voluntariado. Essa nova regulamentação tem como vigor central ou como principal orientador o mercado, que funciona como o grande regulador de fato (SERRA, 2001).

As transformações no mundo do trabalho são decorrentes principalmente do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de aumentar a velocidade do tempo de produção. A partir daí mudaram-se as relações de trabalho que ficaram horizontalizadas e flexíveis; foi quando se disseminaram as subcontratações e as terceirizações dos postos de trabalho (SERRA, 2001).

Harvey, citado por Serra (2001, p. 155) ainda analisa que:

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações na técnica de distribuição [...] possibilitam a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso.

Serviços e mercadorias financeiras (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados de modo a fazer como diz o ditado '24 horas ser um tempo bem longo nos mercados globais de ações'.

A estrutura do mercado passa então a se constituir de uma linha de empregados centrais que trabalha em período integral, condição permanente e "posição essencial" para o desenvolvimento da organização.

O regime de trabalho é composto por dois subgrupos, um que permanece em período integral com habilidades comuns ou, melhor dizendo, fáceis de serem encontradas no mercado e outro subgrupo, ainda mais flexível que o anterior, que trabalha em tempo parcial, com contratos por tempo determinado, treinado para uma função específica, geralmente com subsídio público. (SERRA)

Esse problema não se concentra apenas no setor privado, pois vem-se estendendo também ao setor público e promovendo o desenvolvimento do terceiro setor.

Na avaliação de Antunes (1999, p. 112-113):

O crescimento do terceiro setor decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural [...]. Essa forma de atividade social, movida predominantemente por valores não mercantis, tem tido certa expansão com trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos em associações similares. Alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital.

Nesse contexto resta saber quais as conseqüências dessas mudanças para o mundo do trabalho dos assistentes sociais no setor de serviços públicos?

É sabido que o maior empregador dos assistentes sociais é o Estado, ou seja, o setor público e, conseqüentemente, onde há concentração do maior número de estagiários.

Os dados da Tabela 09 podem ratificar essa afirmação quando se analisa o número de estagiários alocados em instituições da esfera pública no período de 2005/2 a 2006/1.

**Tabela 09: Natureza jurídica das unidades concedentes de estágio no período de 2005/2 a 2006/1**

<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Estagiários 2005/2</b>	<b>Estagiários 2006/1</b>	<b>Total</b>	<b>FRAÇÃO</b>
Pública	35	34	69	76,66%
Privada	06	01	07	7,77%
Fundações	08	06	14	15,55%
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>41</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>

Adaptado de DSS/Coordenadoria de estágios (2006)

A superconcentração de estagiários em instituições públicas também reforça a idéia da falta de mão-de-obra e desmonte do setor, e que vem sendo atingido diretamente pelas transformações no mundo do trabalho, produto das exigências da doutrina neoliberal, como já comentado.

Outra realidade vivida pelos assistentes sociais é a falta de concursos em decorrência de subcontratações e terceirizações, sem contar os projetos organizados por ONGs, mantidos através de investimento público sem as devidas fiscalizações. Nesse cenário se insere a figura do estagiário, que surge como uma saída econômica e prática para as instituições.

Neste ponto do estudo optou-se por analisar a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), visto que no município esta é uma das instituições que mais vem sofrendo as conseqüências da propalada flexibilização nas relações de trabalho. Além disso, na PMF concentra-se grande parte dos estágios de serviço social, conforme pode ser observado na Tabela 10, apresentada a seguir.

**Tabela 10: Instituições concedentes de estágios**

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	NÚMERO DE ESTAGIÁRIO200 5/2	NÚMERO DE ESTAGIÁRIO 2006/2	TOTAL	FRAÇÃO %
Prefeitura Municipal de Florianópolis	10	12	22	24,44%
Prefeitura Municipal de Biguaçu	-	01	01	1,11%
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra	-	01	01	1,11%
Prefeitura Municipal de São João Batista	01	-	01	1,11%
Prefeitura Municipal de São José	04	-	04	4,44%
Prefeitura Municipal de Laurentino	-	01	01	1,11%
Fórum do Norte da Ilha	02	02	04	4,44%
Fórum da Comarca da Capital	01	-	01	1,11%
Fórum do Município de São José	01	-	01	1,11%
Fórum de Palhoça	01	-	01	1,11%
Promotoria da Infância e da Juventude	01	-	01	1,11%
Penitenciária	01	-	01	1,11%
Universidade Federal de Santa Catarina	02	07	09	10%
Hospital Universitário	03	03	06	6,66%
Hospital de Custódia	01	01	02	2,22%
Hospital Governador Celso Ramos	-	01	01	1,11%
Hospital da Polícia Militar	01	01	02	2,22%
Hospital Regional de São José	01	-	01	1,11%
Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina	01	-	01	1,11%
Hemosc	02	01	03	3,33%
Secretaria Mun. de Saúde de Palhoça	-	01	01	1,11%
Fundação Cat. de Educação Especial	02	-	02	2,22%
Colégio Marista de São José	02	-	02	2,22%
IDES / Promenor	01	05	06	6,66%
Instituto Guga Kuerten	01	-	01	1,11%
ONG Transmissão do Saber	01	-	01	1,11%
Assistência Social São Luiz	01	-	01	1,11%
Caixa Econômica Federal	01	-	01	1,11%
Embraco	01	-	01	1,11%
Correio	01	-	01	1,11%
ELETROSUL	01	01	02	2,22%
CELESC	-	01	01	1,11%
CASAN	-	01	01	1,11%
DETER	01	-	01	1,11%
SESC	03	-	03	3,33%
ACIC	-	01	01	1,11%
TOTAL	49	41	90	100%

Adaptado de DSS/Coordenadoria de Estágio (2006).

De acordo com os dados da Tabela acima, a instituição que mais absorve estagiários na área de serviço social é a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Importante observar que esta é a relação dos estágios obrigatórios, porém não significa que os acadêmicos já tenham desenvolvido estágio não obrigatório I e II na mesma organização ou dele tenham se desligado após cumprirem as quatrocentos e cinquenta horas referentes ao obrigatório. Deve-se ter consciência que os números apresentados na Tabela 10 anterior contemplam apenas parcialmente o quadro real de estagiários que atuam naquelas organizações.

### **3.2 O Serviço Social na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Famílias e Desenvolvimento Social da cidade de Florianópolis**

A PMF é uma instituição pública destinada a organizar e promover o desenvolvimento da cidade, bem como prestar serviços públicos à população do município de Florianópolis.

Nos últimos vinte anos a PMF vem sendo dirigida por partidos comprometidos com o projeto neoliberal e, para atender às exigências deste modelo, vem promovendo o desmonte do aparelho estatal para apropriação de interesses privados, cujo objetivo é o lucro.

Para bem compreender o funcionamento da PMF, seria ideal pensá-la descolada da realidade do projeto neoliberal, visto que uma instituição pública não deve ter outros objetivos a perseguir senão o interesse coletivo, o estímulo à democracia participativa e à emancipação do cidadão.

Em meio a tal situação, na PMF encontram-se assistentes sociais desempenhando funções que não lhe cabem, sobrecarregados de tarefas e ainda tendo que contar com situações adversas como a falta de recursos, condições de trabalho e desvalorização da área social a exemplo dos “cortes dos recursos dos orçamentos para as políticas sociais e um aumento de trabalhadores voluntários e de terceirização dos recursos” (ABREO, 1993, p. 7).

Além disso, importante observar, o serviço social enfrenta problemas que existem desde o seu surgimento, como por exemplo o “primeiro damismo”, presente até os dias atuais.

Segundo Couto apud Verchai (2006, p. 36):



O assistente social foi sempre um profissional requisitado para trabalhar no âmbito do serviço público, nos órgãos públicos municipais - as prefeituras - a ação voltada para a assistência social foi campo privilegiado do trabalho do assistente social, embora, na maioria das vezes, vinculado a assistencialismo e aos gabinetes das primeiras damas. Dentro dessa ótica, era exigido do profissional um trabalho focalizado na pobreza e o atendimento direto aos usuários. A lógica da atuação era a profissionalização da filantropia, característica do trabalho desses gabinetes.

Na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social do Município de Florianópolis (SMDCAIFDS), a responsável pela área social é a primeira dama Rosemeri Berger.

É preciso lembrar que esta é uma situação que vem se perpetuando ao longo dos anos, não só em Florianópolis, mas em grande parte dos municípios do país. A idéia de uma primeira dama respondendo pela assistência social reforça a falta de comprometimento dos gestores da política social, sem falar de prática de nepotismo<sup>6</sup>.

Entre as Secretarias da PMF (Anexos E e F), a SMDCAIFDS é a que conta com menor orçamento.

Como observado, na Secretaria responsável pela assistência social do município de Florianópolis agrupam-se várias áreas como forma de restringir o quadro de funcionários concursados, o que possibilita a abertura de cargos de confiança e conseqüente contratação de pessoas sem critérios transparentes.

Outra manifestação da falta de clareza nas relações institucionais se deve ao tipo de relação que a instituição mantém com o Terceiro Setor.

A seção seguinte analisa as relações da PMF com o terceiro setor e as implicações para os profissionais de serviço social.

---

<sup>6</sup> "Nepotismo (do latim *nepos*, neto ou descendente) é o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes em detrimento de pessoas mais qualificadas, especialmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos. Originalmente a palavra aplicava-se exclusivamente ao âmbito das relações do papa com seus parentes, mas atualmente é utilizado como sinônimo da concessão de privilégios ou cargos a parentes no funcionalismo público. Distingue-se do favoritismo simples, que não implica relações familiares com o favorecido. Nepotismo ocorre assim, quando, por exemplo, um funcionário é promovido por ter relações de parentesco com aquele que o promove, havendo pessoas mais qualificadas e mais merecedoras da promoção. Alguns biólogos sustentam que o nepotismo pode ser instintivo, uma maneira de seleção familiar". Cf. WIKIPEDIA. Disponível em: <[www.wikipedia.org/nepotismo](http://www.wikipedia.org/nepotismo)>. Acesso em: 24 fev. 2007.



### 3.2 O terceiro setor na relação com a Prefeitura de Florianópolis

É cediço que o primeiro setor é constituído pelo Estado, teoricamente o responsável pela garantia e consecução dos direitos sociais dos cidadãos. O segundo setor é constituído pelas empresas e organização da iniciativa privada. Sobre o terceiro setor pode-se dizer que surgiu como uma saída para promover os serviços que deveriam ser providos pelo primeiro setor, mas, por razões substantivas (falta de estrutura, falta de recursos etc) não o foram. O terceiro setor é formado pela sociedade civil organizada e não possui fins lucrativos. Caracteriza-se pelo público não-estatal, porém o grande problema no que se refere a este setor é a fiscalização sobre essas entidades.

A SMCAIFDS possui uma relação próxima com o terceiro setor, visto que grande parcela da força de trabalho da PMF é obtida por meio de terceirizações, bem como os programas existentes.

De acordo com Baltar, Dedeca e Henrique, pesquisadores da Unicamp, citados em Serra (2002, p. 159):

É questionável também que o setor terciário seja capaz de absorver adequadamente a população ativa. Nos serviços, a capacidade de geração de empregos tem sido afetada por mudanças estruturais, bem ilustradas pelas transformações no setor financeiro, que tem passado por alterações técnicas, terceirização de diversas atividades e mais recentemente por mudanças patrimoniais.

Na SMCAIFDS o terceiro setor aparece ativamente na figura da Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que contrata profissionais assistentes sociais para atuar na PMF.

A AFLOV foi criada em 1979 e somente um ano após a sua criação foi regulamentada. Seu principal objetivo era atender famílias carentes do município. Na época os atendimentos eram realizados por doze voluntárias, todas coordenadas pela então primeira dama de Florianópolis, Maria de Lourdes Cordeiro.

Atualmente a AFLOV é presidida pela primeira dama Rosemeri Berger, que acumula o cargo de Secretária. As verbas da Associação são oriundas de doações, investimentos de empresas privadas. Conta ainda com uma renda mensal

originária da exploração de estacionamentos fixos no centro da cidade cedidos pela Prefeitura.

A AFLOV vem sendo a principal responsável por projetos e programas sociais da PMF, entre os quais destacam-se:

- Casa da Cidadania
- Complexo Cidade da Criança
- Núcleo de Atendimento à Criança
- Plantão Social
- Programa Hora de Comer
- Projeto Guias Mirins
- República Cretinha e Casa Lar
- Grupo de Produção
- Projeto Canta Floripa
- Mobilização Comunitária
- Confecção de Fraldas

Esta “parceria” vem acarretando problemas de grandes proporções para os assistentes sociais. Um deles é o fato de todas as ações relacionadas ao serviço social estarem concentradas na figura da primeira dama.

Segundo Verchai (2006, p. 38):

Cabe destacar que a relação existente entre a AFLOV e a PMF vai além de uma parceria voltada a ‘assistência aos pobres’ como prega a entidade. Na verdade, esta organização cumpre o papel de empresa responsável pela terceirização de uma parcela significativa da força de trabalho a serviço do poder público municipal.

É preciso cuidar para que a fiscalização neste tipo de parceria seja presente, para que não se torne terreno favorável à políticas clientelistas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “O Clientelismo é um subsistema de relação política - em geral ligado ao coronelismo, onde se reedita uma relação análoga àquela entre suserano e vassalo do Sistema Feudal, com uma pessoa recebendo de outra a proteção em troca do apoio político. Como nota característica o *cliente* fica em total submissão ao *patrão*, independentemente de com este possuir qualquer relação familiar ou empregatícia. No Brasil e em alguns países da América Latina, suas raízes remontam às origens patriarcais destas sociedades. A terminologia tem sua origem provavelmente no fato de que muitos dos *patrões* também eram médicos ou advogados - os dois primeiros cursos universitários, no Brasil. Ou mesmo na Roma Antiga onde havia situações muito parecidas com essa: a dependência de plebeus em relação a patrícios, e que tinham exatamente o nome de ‘Clientelismo’” [grifos no

A realidade das atividades de assistência social vivenciada é noticiada por Verchai (2006, p. 45), nos seguintes termos:

Hoje a Prefeitura Municipal de Florianópolis possui em seu quadro 43 assistentes sociais. Desse total 39 trabalham para a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social e 4 para a Secretaria Municipal de Saúde. Em contrapartida, os terceirizados somam aproximadamente 51 assistentes sociais, todos com contratos estabelecidos pela AFLOV.

Por falta de concursos públicos muitos assistentes sociais acabam sendo obrigados a trabalhar nos programas sociais da PMF (já citados), mediante vínculos empregatícios fragilizados, o que torna vulnerável a autonomia destes profissionais na execução de suas funções.

Outro ponto que reforça a precarização do trabalho dos assistentes sociais esta consubstanciado na flagrante diferença salarial existente entre os profissionais contratados e os concursados, situação inversa a que ocorre na maioria das instituições que utilizam serviços terceirizados.

O Quadro I, apresentado a seguir, revela as diferenças salariais dos assistentes sociais da PMF e aqueles contratados via AFLOV, no ano de 2006.

**Quadro 01: Remuneração de assistentes sociais efetivos (PMF) e contratados (AFLOV)**

CARGO	VENCIMENTO (R\$)	ADICIONAL	GRATIFICAÇÕES
Assistente Social (PMF)	764,57 (Março)	Por tempo de serviço / Por nível da capacitação	Dedicação Exclusiva*
Assistente Social (AFLOV)	1.265,55 (Maio)	-	R\$ 180,00 (Insalubridade)

Fonte: Verchai (2006, p. 31).

\* "Nem todas as A.S. mesmo entrando na Justiça, nem todas conseguem o direito de receber a D.E" (VERCHAI, 2006).

Consoante os dados apresentados no Quadro 01 verifica-se que o salário de um assistente social concursado não ultrapassa o teto de dois salários mínimos e, pelo menos no período analisado, o valor correspondia a um pouco mais que o dobro do valor da bolsa de estágio (no mês de março de 2006 o valor da bolsa de estágio era de trezentos reais).

Além dos baixos salários, os profissionais não recebem incentivos para continuar investindo na formação, o que pode gerar duas situações: uma é a falta de motivação e desinteresse; outra, e mais importante, refere-se à qualificação da equipe técnica que acaba ficando comprometida, o que reflete no resultado final do trabalho prestado à população.

Em rigor, esses são reflexos das mudanças havidas no mundo do trabalho por força do modelo neoliberal, atingindo fortemente a área social. O resultado é a falta de investimento do Estado e a limitação de recursos materiais, financeiros e humanos.

Percebe-se então que as condições de trabalho dos assistentes sociais estão, a cada dia, mais vulneráveis. A falta de recursos materiais, por exemplo, é constante. É o caso do Programa de Apoio Sócio-Familiar (POASF) que no ano de dezembro de 2006 não possuía telefones, computadores, nem veículo para dar conta das atividades assistenciais. Segundo depoimentos dos estagiários do programa, o contato com as famílias teve de ser suspenso até que a situação fosse regularizada, o que denota o descaso da gestão pública municipal com os usuários da assistência social.

Ainda sobre a precariedade das condições de trabalho dos assistentes sociais, no ano de 2006 a maioria dos profissionais não possuía salas para atendimento individual, o transporte crítico e geralmente disponibilizado para outros setores estranhos às atividades de assistência social como a Secretaria da Habitação e Saneamento Ambiental.

Em função de situações como descritas, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) edita a Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social (Anexo G). Mesmo compreendendo que esse dispositivo é um marco legal para a categoria, entende-se que a realidade não se transforma tão-somente pela edição de uma lei. Em regra, o que muda as condições de trabalho e salários é a luta da categoria visto que não é só o seu trabalho que está em jogo, mas o

comprometimento e o respeito com o usuário que muitas vezes acaba não sendo considerado por falta de condições de se oferecer um trabalho de qualidade.

Resumindo, considerando-se a realidade da SMCAIFDS de falta de funcionários a solução adotada foi: 1º) contratar assistentes sociais via AFLOV, para desenvolver os programas elaborados por aquela; e 2º) contratar estagiários para dar suporte aos empregados “terceirizados”.

Outro ponto a enfatizar é que o acadêmico acaba aprendendo através da negação da prática, ou seja, primeiramente pensa que o estágio não lhe está proporcionando um aprendizado, e depois conclui que na verdade ele está aprendendo a como não agir quando for profissional; é a aprendizagem que ocorre pela negação da prática. É preciso ressaltar, contudo, que não só a SMCAIFDS, mas a maioria das instituições opta por “desconhecer” a dimensão do aprendizado existente no estágio, quando o aluno passa a ser visto, não raro, como mão-de-obra especializada de baixíssimo custo, eis que não há qualquer espécie de vínculo com a instituição.

### **3.2 Precarização dos estágios**

A precarização do ensino e do trabalho vem acarretando conseqüências desastrosas para o processo de formação dos acadêmicos de serviço social já que os estagiários inseridos neste contexto acabam atuando em um espaço descomprometido com a supervisão. O aprendizado dos estagiários, deixando de ser sistemático por deficiência de supervisão, acaba ocorrendo apenas pela observação e sem o devido acompanhamento de seus supervisores.

A maioria dos acadêmicos, ao chegar à instituição concedente, já possui uma demanda a ser atendida, geralmente de responsabilidade de outro estagiário. Tal situação gera alguns problemas como a falta de comprometimento com o usuário de serviço social, pois este muitas vezes só irá ter contato com o estagiário e não com o profissional de serviço social, além do sentimento de exploração e desvalorização do trabalho do acadêmico estagiário.

Sabe-se que em algumas Secretarias do Município de Florianópolis os estagiários são os grandes “responsáveis” pela mão-de-obra dos programas implementados. Aliás, esse foi um dos argumentos utilizados para justificar a mudança na duração do estágio curricular obrigatório de três semestres para um. A



intenção era reduzir o período de contato do acadêmico com a instituição, a fim de impedir que fossem gerados “vícios” ou que o estagiário acaba-se institucionalizado ou tendo o supervisor como “único modelo” de assistente social (MIOTO & NOGUEIRA, 2006, p. 201).

A mudança no currículo, no entanto, não resolveu o problema, visto que os alunos continuam permanecendo três ou até quatro semestres na instituição concedente de estágio, com a agravante de estarem matriculados no estágio não obrigatório.

Diante desse panorama surgem as seguintes questões: O que vem a ser estágio não obrigatório? O estágio não obrigatório tem menos valor do que o obrigatório? Qual está sendo o entendimento desse tipo de estágio por parte da universidade, visto que o estagiário acaba passando até dois anos em uma mesma instituição concedente e o único período considerado no currículo refere-se às quatrocentos e cinquenta horas do estágio obrigatório?

É preciso ressaltar no que se refere ao excesso de responsabilidades atribuído aos estagiários na instituição campo de estágio que esta é a realidade que o acadêmico irá encontrar depois de formado, tendo que desempenhar as atividades inerentes à função, mesmo os problemas de falta de recursos materiais, financeiros, humanos, excesso de trabalho, descaso com a área social, desrespeito com o trabalho do assistente social, entre outros.

À universidade, também como agente transformador da realidade, cumpre criar alternativas para a solução dos problemas enfrentados, por exemplo, sem afastar os acadêmicos da realidade, contribuir para formação de espírito crítico e preparo destes futuros profissionais, de modo que sejam capazes de, com criatividade, romper as amarras institucionais e desenvolver mecanismos para uma prática profissional que vise à emancipação do usuário, retirando-os da condição de subalternidade.

Na concepção de Pinto (1986, p. 113):

A saída para a elevação da qualidade do ensino e também do nível da atuação do assistente social depende de uma pedagogia que desenvolva no aluno a capacidade de reflexão da criatividade e o conhecimento do instrumental para alternativas metodológicas.

O estágio, qualquer que seja a área de conhecimento, possui um papel fundamental na formação profissional, visto que é um instrumento de aprendizagem que confirma como momento de síntese os conteúdos aprendidos durante o curso.

Mister salientar que o estágio, mesmo possuindo dimensão teórico-prática, não vem recebendo a devida atenção por parte da categoria profissional e da própria instituição de ensino. O problema é que “[...] o estágio tem sido considerado uma área residual, pouco valorizada que dispensaria maior formação intelectual por parte dos docentes, pela sua proximidade com a experiência cotidiana” (IAMAMOTO, 1992, p.193).

Em contrapartida, os alunos não se vêem como sujeitos na dinâmica de estágios e acabam muitas vezes permitindo que esta experiência seja traumática ou passe em “branco”. Para que o estágio possa ser desenvolvido de forma a contribuir no processo de formação profissional é necessário que se desenvolva através da “ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser gradativa e sistematizada” (BURIOLLA, 1995, p.13).

Como mencionado reiteradas vezes, um dos grandes problemas reconhecidos na dinâmica de estágio refere-se à supervisão, visto que não existem padrões para a sua execução. Segundo Buriolla (1995, p. 13): “Quanto à questão da supervisão, é complexa e polêmica: há desde a sua concretização até a não existência da mesma”.

As diversidades que envolvem os estágios na área de serviço sócia, que vão desde a falta de uma política nacional de estágios até a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, como visto, acabam comprometendo de modo negativo as relações de estágios. Com efeito, pôde-se perceber o quanto essas situações desfavorecem a prática necessária de estágios.

O comprometimento referido é reiterado com a transcrição de depoimentos de estagiários, acadêmicos do Curso de Serviço Social, retirados da obra de Buriolla (1995, p. 18):

“Estou fazendo estágio só para cumprir as horas, porque o que minha supervisora faz não tem nada a ver com o Serviço Social. Qualquer pessoa pode fazer. E o pior é que ela se sujeita a isso”.  
‘Pelo menos estou aprendendo no meu estágio o que não é serviço social’.

Exposição mais específica segue com a transcrição da fala de um acadêmico da UFSC, registrada por Guimarães (2004, p. 88):

‘Na quarta fase, a gente é jogado a campo, é jogado porque vai lá na favela, tu faz entrevista com a família, depois tu faz o parecer social, ou o estudo social, não sei tu vai lá. Fala com o líder comunitário e vai na cara e na coragem, mas aprende. [...] em meados de dezembro já termina o estágio, mas a cada dia que passa é uma novidade, é um novo caso, é um novo modo de fazer entrevista, e um novo modo de fazer uma análise, é um novo modo de perceber a realidade daquela pessoa entrevistada’ [sic].

O teor desses relatos dá a medida de que os estágios não podem ser relegados a segundo plano, sendo urgente e necessária uma política que assegure aos acadêmicos situações efetivas de aprendizagem teórico-prática, sobretudo enquanto momento de síntese de valores e conhecimentos apreendidos.

Para que haja tais mudanças será necessário que tanto instituições de ensino, campos de estágio e órgãos que representam a categoria (ABEPSS, CFESS, CRESS) estejam articulados para contribuir uns com os outros e elevar a qualidade da formação profissional, que precisa ser entendida como um processo continuado que não termina com o final da graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que surgiu o interesse pelo tema relativo ao estágio curricular supervisionado do Curso de Serviço Social, já se sentia a falta de um olhar mais crítico por parte de todos os envolvidos no processo: instituições de ensino, acadêmicos, campos de estágio e órgãos representativos da categoria a exemplo do X ENPSS realizado de 04 a 08 de dezembro em que dos setecentos trabalhos apresentados apenas seis remetiam ao estágio supervisionado (ANEXO H).

Vale ressaltar então que o presente trabalho não tem a pretensão de rotular determinadas práticas ou situações da profissão do assistente social como certas ou erradas, apenas procurou-se analisá-las para - por meio de inferências e aproximações - poder contribuir com tão importante debate.

Isso posto, seguem algumas observações que precisam ser reavaliados pelos profissionais, interessados e estudiosos da área.

Primeiramente entende-se que existe a necessidade urgente de desenvolvimento de uma política nacional de estágios, a ser coordenada pela ABEPSS e discutida com todos os sujeitos envolvidos no processo, sem esquecer que na elaboração de uma nova proposta é preciso que haja discussão em todos os níveis.

Quanto ao Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, acredita-se que seja necessário reavaliar o currículo do curso, por várias das razões apontadas no desenvolvimento do trabalho, a seguir apresentadas em breve síntese.

A impossibilidade de o estágio curricular obrigatório ser realizado em um único semestre. O período de um semestre, considerado exíguo, vem acarretando situações embaraçosas aos diversos atores: acadêmicos; professores; campos de estágio e ao próprio Curso de Serviço Social enquanto instituição. O problema que se coloca é que, não raro, os assistentes sociais vêm rejeitando acadêmicos de sétima fase, e estes se vêem obrigados a procurar estágios nas fases anteriores, com sérios danos ao processo de ensino aprendizagem.

De outra banda, o estágio curricular não pode ficar resumido ao cumprimento de tarefas como planos, projetos e relatórios, impostas pela universidade, tampouco limitar-se ao desenvolvimento de funções atribuídas aos

acadêmicos pelos campos de estágio. Essa é uma maneira de prejudicar o processo reflexivo e crítico que deve permear o cotidiano de estágios na área de serviço social.

Nesse contexto vale questionar se o acadêmico consegue atender a todas as exigências impostas e próprias do estágio curricular em um único semestre letivo, ou, mais enfaticamente, apenas quatro meses. Em resposta, e com o devido respaldo dos levantamentos e análises apresentados neste trabalho, tem-se que o mínimo para absorção das atividades do estágio obrigatório deve ser estendido para, no mínimo, dois semestres letivos.

Outro aspecto relevante para ser analisado refere-se às disciplinas correspondentes ao ensino da prática serviço social. Não se pretende com essa assertiva desvalorizar tais disciplinas, mas fazer o registro de que elas não substituem, em nenhuma hipótese, o estágio curricular obrigatório.

Finalmente, o estágio curricular não pode ser pensado descolado da realidade na qual se está inserido, ou seja, é preciso ter claro que as condições de trabalho dos assistentes sociais têm implicação direta no desenvolvimento das atividades próprias do estágio. E mais: é essencial a busca pela superação dos limites institucionais por meio da relação entre exercício e formação profissional.

Nesse pensar, cabe registrar alguns desafios a serem enfrentados pelos profissionais, enquanto representantes institucionais do Curso de Serviço Social, o afã de fazer o necessário contraponto entre academia e no campo da prática da profissão: articular e mobilizar os sujeitos envolvidos no processo; contribuir com o processo de formação continuada dos assistentes sociais qualificando o debate; capacitar para a função de supervisor, visto ser esta uma responsabilidade definida legalmente; e, por fim, contribuir com os campos de estágio justo para permitir o movimento da prática como realimentadora da teoria.



## REFERÊNCIAS

ABREO C.S.B. <http://www.ssrevista.uel.br> site acessado em 20/02/2007.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**, 1996.

BURIOLLA, Maria Alice Feiten. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

CANDELORI, Roberto. Atualidades: o Consenso de Washington e o neoliberalismo. In Jornal Folha de São Paulo, acessado em 10/01/2007.  
disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/educacao>

CHAUÍ, Marilena. A Universidade sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira da Educação**. São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ano 03, n. 24, p. 05-15, 2003.

\_\_\_\_\_. Escritos sobre a universidade. São Paulo, UNESP, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil**: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional. Brasília: CFESS, 2005.

COSTA, Messias. **A Educação na Constituições do Brasil**: Dados e Direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1989.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Escola Austríaca**. Disponível em:  
<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Keynesianismo**. Disponível em:  
<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Impeachment**. Disponível em:  
<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Nepotismo**. Disponível em:  
<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **Clientelismo**. Disponível em:  
<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001, p. 170-184.

GUIMARÃES, Jayson Vaz. **Formação e Estágio Curricular Supervisionado nas Unidades de Ensino em Serviço Social em Santa Catarina**. São Paulo, 2004, 117f. (Dissertação). Mestrado em Serviço Social. Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 112-126.

INEP, ANÍSIO TEIXEIRA **Censo Escolar 2005**, acessado em 15/01/2007;  
Site: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados>.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em : <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em 15 de Jan. de 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamaso & NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Anais do Seminário Latino Americano de Serviço Social. ABEPSS, 2006.

MORALES, Carlos Antonio. **Provisão de serviços sociais através de organizações públicas não-estatais: aspectos gerais**. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 51- 85.

OLIVEIRA, Cirlene. A Hilário da Silva. O Estágio Supervisionado na Formação Profissional do Assistente Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 80, p. 61-81, 2002.

OLIVEIRA, Francisco . **Neoliberalismo à brasileira**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 24-34.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1986.

RICHARDON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

SERRA, Rose **Trabalho e Reprodução Social:** Enfoques e Abordagens. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

TELES, Vera da Silva. **Questão Social:** afinal do que se trata? São Paulo: Perspectiva, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PIP(por extenso). Disponível em: <[www.pip.ufsc.br](http://www.pip.ufsc.br)>. Acesso em: 12 fev. 2007.

UNIVERSIA. título do artigo. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/ondeestudar/instituicoes>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

VERCHAI, J. K. **As condições de trabalho das assistentes sociais da prefeitura municipal de Florianópolis:** o caso do programa de orientação e apoio sócio familiar. Florianópolis, 2006, 69f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Serviço Social). Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## ANEXOS

**ANEXO A**



## **ANEXOS**

### **Região Sul**

Escrito por Assessoria de Comunicação

11-Out-2006

### **PARANÁ**

- 1) Faculdade Educacional de Medianeira - FACEMED  
Home-page: [www.facemed.edu.br](http://www.facemed.edu.br)
  
- 2) Faculdade União das Américas - UNIAMÉRICA  
Home-page: [www.uniamerica.br](http://www.uniamerica.br)
  
- 3) Universidade Estadual de Londrina - UEL  
Home-page: [www.uel.br](http://www.uel.br)
  
- 4) Faculdades Integradas Espírita - UNIBEM  
Home-page: [www.unibem.br](http://www.unibem.br)
  
- 5) Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
Home-page: [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)
  
- 6) Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR  
Home-page: [www.pucpr.br](http://www.pucpr.br)
  
- 7) Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG  
Home-page: [www.uepg.br](http://www.uepg.br)
  
- 8) Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO  
Home-page: [www.unicentro.br](http://www.unicentro.br)

### **SANTA CATARINA**

- 9) Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC  
Home-page: [www.unoescsmo.edu.br](http://www.unoescsmo.edu.br)
  
- 10) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

Home-page: [www.unisul.br](http://www.unisul.br)

11) Universidade Regional de Blumenau - FURB

Home-page: [www.cursos.furb.br/cchc/ss](http://www.cursos.furb.br/cchc/ss)

12) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Home-page: [www.ufsc.br](http://www.ufsc.br)

13) Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Home-page: [www.unochapeco.edu.br](http://www.unochapeco.edu.br)

## **RIO GRANDE DO SUL**

14) Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Filiada em 16/08/2004

15) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

Home-page: [www.unijui.tche.br](http://www.unijui.tche.br)

16) Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Home-page: [www.ulbra.br](http://www.ulbra.br)

17) Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

Home-page: [www.unifra.br](http://www.unifra.br)

18) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Home-page: [www.unisinos.br](http://www.unisinos.br)

19) Universidade de Caxias do Sul - UCS

Home-page: [www.ucs.br](http://www.ucs.br)

20) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Home-page: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)

21) Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

Home-page: [www.ucpel.tche.br](http://www.ucpel.tche.br)

22) Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Home-page: [www.unicruz.edu.br](http://www.unicruz.edu.br)

23) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - RS

e-mail: [sso@fw.uri.br](mailto:sso@fw.uri.br)

Fone: (55) 37449218

## **MATO GROSSO DO SUL**

24) Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Home-page: [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br)

## **SÃO PAULO**

25) Entidade: Fundação Educacional Votuporanga - FEV ( Mantenedora )

Cidade: Votuporanga - SP

E-mail: [fev@votuporanga.com.br](mailto:fev@votuporanga.com.br)

26) Instituto Superior de Ciências Aplicadas - ISCA

Home-page: [www.alie.br](http://www.alie.br)

27) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Home-page: [www.franca.unesp.br](http://www.franca.unesp.br)

28) Faculdades Integradas de Botucatu - UNIFAC

Home-page: [www.unifac.com.br](http://www.unifac.com.br)

29) Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL

Home-page: [www.unicsul.br](http://www.unicsul.br)

30) Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo - UNITOLEDO

Home-page: [www.unitoledo.br](http://www.unitoledo.br)

31) Universidade de Santo Amaro - UNISA

Home-page: [www.unisa.br](http://www.unisa.br)

32) Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP

Home-page: [www.unaerp.br](http://www.unaerp.br)

33) Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS

Home-page: [www.fapss.br](http://www.fapss.br)

34) Universidade de Taubaté - UNITAU

Home-page: [www.unitau.br](http://www.unitau.br)

35) Universidade de Marília - UNIMAR

Home-page: [www.unimar.br](http://www.unimar.br)

36) Universidade Cidade de São Paulo - UNICID

Home-page: [www.unicid.br](http://www.unicid.br)

37) Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU

Home-page: [www.fmu.br](http://www.fmu.br)

38) Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul - FAPSS

Home-page: [www.fapss.br](http://www.fapss.br)

39) Centro Universitário de Lins - UNILINS

Home-page: [www.unilins.edu.br](http://www.unilins.edu.br)

40) União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

Home-page: [www.unilago.com.br](http://www.unilago.com.br)

41) Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL

Home-page: [www.unisal.br](http://www.unisal.br)

42) Universidade São Francisco - USF

Home-page: [www.saofrancisco.edu.br](http://www.saofrancisco.edu.br)

43) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Home-page: [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br)

44) Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

Home-page: [www.univap.br](http://www.univap.br)

45) Universidade Católica de Santos - UNISANTOS  
Home-page: [www.unisantos.br](http://www.unisantos.br)

46) Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas  
Home-page: [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br)

47) Instituto Toledo de Ensino - ITE  
Home-page: [www.ite.edu.br](http://www.ite.edu.br)

Última atualização ( 09-Nov-2006 )

### **Região Centro Oeste**

Escrito por Assessoria de Comunicação  
11-Out-2006

### **DISTRITO FEDERAL**

1) Universidade de Brasília - UnB  
Home-page: [www.unb.br/ih/dss/](http://www.unb.br/ih/dss/)

2) Faculdade Garcia Silveira - FAGS  
Home-page: [www.fags.cjb.net](http://www.fags.cjb.net)

### **GOIÁS**

3) Universidade Católica de Goiás - UCG  
Home-page: [www.ucg.br](http://www.ucg.br)

### **MATO GROSSO**

4) Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
Home-page: [www.ufmt.br](http://www.ufmt.br)

### **TOCANTINS**

5) Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA  
Home-page: [www.ulbra-to.br](http://www.ulbra-to.br)

Fone: (63)223-2050

CNPJ: 88332580000165

Última atualização ( 07-Nov-2006 )



## **Região Leste**

Escrito por Assessoria de Comunicação

11-Out-2006

### **ESPÍRITO SANTO**

1) Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Home-page: [www.ufes.br](http://www.ufes.br)

2) Faculdade Salesiana de Vitória - UNISALES

Home-page: [www.salesiano.com.br](http://www.salesiano.com.br)

### **MINAS GERAIS**

3) Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé-UNIFEG

E-mail: [arthus@fundeg.br](mailto:arthus@fundeg.br)

4) Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Home-page: [www.farv.br](http://www.farv.br)

5) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG

Home-page: [www.pucminas.br](http://www.pucminas.br)

6) Faculdades Integradas de Caratinga - FICMG

Home-page: [www.ficmg.edu.br](http://www.ficmg.edu.br)

7) Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Home-page: [www.ufjf.br](http://www.ufjf.br)

8) Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

Home-page: [www.univale.br](http://www.univale.br)

### **RIO DE JANEIRO**

9) Centro Universitário de Volta Redonda - UNIFOA

Home-page: [www.foa.org.br](http://www.foa.org.br)

10) Universidade Federal Fluminense - UFF  
Home-page: [www.uff.br](http://www.uff.br)

11) Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Home-page: [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br)

12) Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ  
Home-page: [www.uerj.br](http://www.uerj.br)

13) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO  
Home-page: [www.puc-rio.br](http://www.puc-rio.br)

14) Universidade Veiga de Almeida - UVA  
Home-page: [www.uva.br](http://www.uva.br)

Última atualização ( 07-Nov-2006 )

## **Região Norte**

Escrito por Assessoria de Comunicação  
11-Out-2006

### **ALAGOAS**

1) Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Home-page: [www.ufal.br](http://www.ufal.br)

### **BAHIA**

2) Universidade Católica de Salvador - UCSAL  
Homepage: [www.ucsal.br](http://www.ucsal.br)

### **CEARÁ**

3) Universidade Estadual do Ceará - UECE  
Home-page: [www.uece.br](http://www.uece.br)

## **PARAÍBA**

4) Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Home-page: [www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)

5) Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Home-page: [www.uepb.br](http://www.uepb.br)

## **PERNAMBUCO**

6) Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Home-page: [www.unicap.br](http://www.unicap.br)

7) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Home-page: [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br)

## **RIO GRANDE DO NORTE**

8) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Home-page: [www.ufrn.br](http://www.ufrn.br)

9) Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

Home-page: [www.uern.br](http://www.uern.br)

## **SERGIPE**

10) Universidade Federal de Sergipe - UFS

Home-page: [www.ufs.br](http://www.ufs.br)

11) Universidade Tiradentes - UNIT

Home-page: [www.unit.br](http://www.unit.br)

Última atualização ( 07-Nov-2006 )

**ANEXO B**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CENTRO SÓCIO ECONÓMICO  
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E TCC.**

**CURRÍCULO EM VIGOR 1999.1. com alterações realizadas em 2005**



1ª. FASE				
No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA/AULA	PRÉ-REQ
01	<b>DSS 5110</b> <b>Ementa</b>	<b>INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL</b> A constituição e o desenvolvimento da profissão na divisão sócio- técnica do trabalho. A inserção e especificidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, determinantes objetivos do trabalho profissional no âmbito da reprodução social. Elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social na atualidade. As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira.	72	
02	<b>DSS 5605</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL</b> As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira.	36	
03	<b>SPO 5150</b> <b>Ementa</b>	<b>TEORIA SOCIOLOGICA</b> Matrizes clássicas do pensamento sociológico. Concepção de homem, sociedade, valores e história. O fato social em Durkheim, a teoria compreensiva de Weber e Schutz. A questão social e as necessidades sociais em Marx, Gramsci e Agnes Heller.	72	
04	<b>DSS 5101</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA</b> A primeira reforma do Estado brasileiro e a inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. A concentração de renda, da propriedade e do poder e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As expressões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no período. A segunda reforma do Estado brasileiro e a acentuação das desigualdades.	72	
05	<b>FIL 5195</b> <b>Ementa</b>	<b>TEORIA DO CONHECIMENTO E FILOSOFIA DA CIÊNCIA</b> Argumentos filosóficos. Concepções de natureza e de Ciência.	54	
06	<b>HST 5222</b> <b>Ementa</b>	<b>HISTÓRIA GERAL DO BRASIL</b> Formação sócio-histórica, econômica e política do Brasil – 1500-1945.	36	

**2ª. FASE**

<b>No.</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINA/</b>	<b>HORA/ AULA</b>	<b>PRÉ- REQ</b>
<b>07</b>	<b>SPO 5236</b> <b>Ementa</b>	<b>CIÊNCIA POLÍTICA</b> Constituição da Ciência Política como campo científico. As teorias do Estado. A emergência da sociedade civil. As questões da democracia, cidadania, soberania e autocracia. A relação entre o público e o privado.	<b>72</b>	
<b>08</b>	<b>SPO 5212</b> <b>Ementa</b>	<b>POLÍTICA SOCIAL E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA, ECONOMIA BRASILEIRA</b> Instauração e colapso do Estado Novo. Urbanização, industrialização e surgimento dos novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. O período pós-64. Transição democrática. O neoliberalismo. Particularidades sócio-históricas regionais.	<b>72</b>	
<b>09</b>	<b>DSS 5125</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO</b> O Serviço Social e o debate contemporâneo referente à concepção de sociedade, valores, história e instituição. A questão social na contemporaneidade.	<b>72</b>	
<b>10</b>	<b>DSS 5123</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL</b> Fundamentos teóricos da Política Social. Os direitos sociais. Modelos de Proteção Social. Determinações econômicas das políticas sociais. Reprodução e gestão da força de trabalho. A constituição e gestão do fundo público. A política social e o serviço social. A questão social e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social entre as décadas de 30 e 80 - ação do serviço social. O papel do Estado e dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas	<b>72</b>	
<b>11</b>	<b>DSS 5130</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> A institucionalização do Serviço Social no Brasil: Demandas societárias e respostas profissionais entre na década de 30 e 90. As construções teórico- metodológicas relevantes do período. Processo de organização política da categoria. A construção de um novo projeto ético-político profissional.	<b>72</b>	

### 3ª FASE

No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA/ AULA	PRÉ-REQ
12	<b>PSI 5122</b> <b>Ementa</b>	<b>PSICOLOGIA I</b> <i>A psicologia e sua diversidade: breve contextualização. Aspectos psicológicos e sociais da 1ª infância, adolescência, idade adulta e velhice. Relação entre profissional e usuário dos serviços sociais.</i>	72	
13	<b>ANT 5315</b> <b>Ementa</b>	<b>ANTROPOLOGIA SOCIAL I</b> <i>Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais.</i>	72	
14	<b>CNM 5124</b> <b>Ementa</b>	<b>ECONOMIA POLÍTICA</b> <i>Raízes e postulados das propostas clássica, neoclássica e keynesiana. A crise da economia política e a emergência do socialismo. As mudanças de paradigma neste século e as lutas pelo progresso social em nossa época.</i>	36	
15	<b>DSS 5321</b> <b>Ementa</b>	<b>ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL</b> <i>A ética como controle social das profissões liberais. Processo de constituição do ethos profissional. Os códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: fundamentos, conteúdos e significado político. Os Conselhos de Fiscalização do exercício profissional. As questões éticas atuais e o cotidiano profissional</i>	36	
16	<b>DSS 5124</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: PADRÕES ATUAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL</b> <i>Seguridade social - formato jurídico, institucional e financeiro. Atores sociais e as políticas sociais. Controle social - protagonismo da sociedade civil e o papel do Estado. Emergência de novos padrões de atenção e proteção social na América Latina e no Brasil. Modelos de avaliação de políticas sociais.</i>	72	DSS 5123
17	<b>DSS 5165</b> <b>Ementa</b>	<b>INTRODUÇÃO A PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL</b> <i>A categoria trabalho. Os elementos constitutivos do processo de trabalho. O setor de serviços. Elementos constitutivos dos processos de trabalho no Serviço Social.</i>	36	

**4ª FASE**

<b>No.</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>HORA/AULA</b>	<b>PRÉ-REQ.</b>
18	<b>PSI 5123</b> <b>Ementa</b>	<b>PSICOLOGIA II</b> <i>Categorias fundamentais da psicologia social: indivíduo, cultura e personalidade, identidade, consciência e alienação. Os grupos e sua dinâmica: a comunicação e seus problemas.</i>	72	PSI 5122
19	<b>DSS 5135</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITOS</b> <i>Intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. Objetivos e procedimentos de intervenção. Instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Conselhos e mecanismos de controle social.</i>	72	
20	<b>DSS 5166</b> <b>Ementa</b>	<b>PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO</b> <i>A (re) construção dos objetos de intervenção junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Ação junto a Conselhos de Direitos e mecanismos de controle social.</i>	72	DSS 5165
21	<b>ANT 5316</b> <b>Ementa</b>	<b>ANTROPOLOGIA SOCIAL II</b> <i>Questões étnico-raciais; família, gênero e violência na cultura brasileira.</i>	72	ANT 5315
22	<b>DSS 5705</b> <b>Ementa</b>	<b>SEMINÁRIOS TEMÁTICOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES I</b> <i>Regulamentado pela Resolução no. 001 de 25 de março de 1999. A referida resolução em seu artigo primeiro define as atividades que serão consideradas como complementares</i>	72	
23	<b>DSS 5332</b> <b>Ementa</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL</b> <i>Introdução ao pensamento administrativo. As diferentes formas de organização. As propostas alternativas formais para as organizações de serviços sociais. A ação do Serviço Social na gestão das organizações públicas e privadas.</i>	72	



## 5ª FASE

No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA/ AULA	PRÉ-RE
24	DSS 5150 Ementa	<b>SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS DE ATENÇÃO CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</b> <i>Construção histórica da criança e adolescente. Proteção Social para a criança e adolescente. Reordenamento jurídico-institucional. Desafios catarinenses. Mecanismos de operacionalização.</i>	72	DSS 5124
25	DSS 5144 Ementa	<b>SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: SAÚDE</b> <i>O Estado brasileiro e a política de saúde. A discussão da reforma sanitária. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gerenciamento e controle social. A consolidação do Sistema Único de Saúde: impasses e perspectivas, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área da saúde. A prática profissional do assistente social na esfera da saúde pública e privada. A particularidade dos segmentos especiais e grupos específicos.</i>	72	DSS 5124
26	DSS 5145 Ementa	<b>SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: PREVIDÊNCIA</b> <i>O Estado brasileiro e a construção do sistema previdenciário público. A previdência social pública - estruturação, operacionalização, benefícios, financiamento, gerenciamento e controle social. A relação previdência pública e privada. Atuais tendências previdenciárias. A prática profissional do assistente social no setor previdenciário. A particularidade de segmentos especiais. O direito do trabalhador.</i>	72	DSS 5124
27	DSS 5136 Ementa	<b>SERVIÇO SOCIAL: INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES</b> <i>Intervenção do Serviço Social nos processos organizacionais. O uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria, supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.</i>	72	
		<b>PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO</b>	72	DSS 5165



28	<b>DSS 5167</b> <b>Ementa</b>	<b>SOCIAL EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES</b> A (re) construção dos objetos de intervenção nos processos organizacionais. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.		
----	----------------------------------	---	--	--

**6ª FASE**

No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA/ AULA	PRÉ-REQ.
29	<b>DSS 5333</b> <b>Ementa</b>	<b>PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL</b> Introdução ao planejamento. O planejamento institucional e das ações profissionais. Modelos de planejamento. Programas e projetos institucionais: elaboração, implementação e instrumentos de avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais e projetos sociais.	72	
30	<b>DSS 5146</b> <b>Ementa</b>	<b>PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I</b> Natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico - metodológico. Linguagem estatística: quadros, tabelas e gráficos. Elaboração e análise de indicadores sócio econômicos. Estilos e componentes de pesquisa. A pesquisa social: planejamento, execução e expressão dos resultados.	72	
31	<b>DSS 5148</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> O Estado brasileiro e a assistência social. A compreensão da assistência e o paradigma do direito. A política de assistência social : modelos, financiamento, operacionalização, gestão e controle social. As estratégias de proteção social ao trabalho informal. A prática profissional do assistente social na estruturação e implementação da política de assistência social. A particularidade de segmentos especiais.	72	<b>DSS 5124</b>
32	<b>DSS 5137</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIAS E SEGMENTOS SOCIAIS VULNERÁVEIS</b> Família: Inter-relações entre o público e o privado. Relações de gênero e gerações. A construção da	72	

		<i>identidade dos sujeitos sociais nas relações de classe, etnia, gênero e gerações. Pressupostos teóricos para o trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Trabalho com famílias. Trabalho com grupos. Trabalho com indivíduos. Trabalho com redes.</i>		
33	<b>DSS 5168</b> <b>Ementa</b>	<b>PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIAS E SEGMENTOS SOCIAIS VULNERÁVEIS .</b> <i>A (re) construção objetos de intervenção nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis: entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, encaminhamento, documentação. Processos interventivos com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Inter-relações Sócio-Institucionais.</i>	72	DSS 5165

7ª FASE				
No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA/AULA	PRE-REQ.
34	<b>DSS 5631 (*)</b>	<b>ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I</b>	306	<b>Todas as disciplinas até a 6ª. fase , inclusive</b>
35	<b>DSS 5641 (*)</b>	<b>SUPERVISÃO DE ESTÁGIO I</b> <i>Compreensão do espaço sócio-ocupacional- campo de estágio. Supervisão da inserção do aluno nos diferentes processos de trabalho. Orientação da dinâmica da discussão, reflexão, problematização e apropriação da experiência de estágio. Orientação da elaboração de documentos pertinentes à formação profissional.</i>	36	

**8ª FASE**

<b>No.</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DISCIPLINA</b>	<b>HORA/AULA</b>	<b>PRÉ-REQ.</b>
<b>36</b>	<b>DIR 5973</b> <b>Ementa</b>	<b>DIREITO E CIDADANIA</b> <i>Estudo dos fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos do homem. Análise da cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da cidadania. Neo-liberalismo e cidadania. Pluralismo, tolerância e cidadania.</i>	<b>72</b>	
<b>37</b>	<b>DSS 5169</b> <b>Ementa</b>	<b>PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE E AVALIAÇÃO</b> <i>Análise e avaliação. Análise e avaliação coletiva dos processos de trabalho desenvolvidos pelos acadêmicos no estágio curricular obrigatório</i>	<b>72</b>	<b>DSS 5631</b> <b>e</b> <b>DSS 5641</b>
<b>38</b>	<b>DSS 5632</b> <b>(*)</b>	<b>ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II</b>	<b>144</b>	<b>Todas as disciplinas</b>
<b>39</b>	<b>DSS 5642</b> <b>(*)</b>	<b>SUPERVISÃO DE ESTÁGIO II</b> <i>Orientação do processo de discussão, reflexão, problematização e compreensão da experiência de estágio. Supervisão da elaboração do relatório final de estágio.</i>	<b>36</b>	<b>até a 6ª. fase, inclusive</b>
<b>40</b>	<b>DSS 5706</b> <b>Ementa</b>	<b>SEMINÁRIOS TEMÁTICOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES II</b> <i>Regulamentado pela Resolução no. 001 de 25 de março de 1999. A referida resolução em seu artigo primeiro define as atividades que serão consideradas complementares.</i>	<b>72</b>	
<b>41</b>	<b>DSS 5330</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>	<b>36</b>	<b>DSS 5631</b> <b>e</b> <b>DSS 5641</b>
<b>42</b>	<b>DSS 5800</b> <b>Ementa</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL</b> <i>Discussão de questões emergentes no Serviço Social, de forma a complementar a formação do aluno concluinte, em especial àquelas que orientam o trabalho de conclusão de curso.</i>	<b>72</b>	

(\*)Fica facultado aos alunos a possibilidade de cursarem as disciplinas DSS 5632 e DSS 5642 na 7ª. Fase.

O estágio curricular é uma das atividades obrigatórias para integralização do currículo, sendo que deverá ser desenvolvido em organizações e/ou instituições sociais habilitadas pela Coordenação de Estágio, nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional. O estágio curricular é concomitante ao período letivo escolar e terá seus critérios de avaliação determinados pela Coordenação de Estágio.

### DISCIPLINAS OPTATIVAS

Carga horária mínima obrigatória - 216 horas / aula, das quais 72 horas devem ser do conjunto das disciplinas oferecidas pelo Curso de Serviço Social, as demais 144 horas são de livre escolha dentre as oferecidas pela UFSC, obedecidos os pré-requisitos.

No.	CÓDIGO	DISCIPLINA	HORA / AULA	PRÉ- REQ
01	<b>DSS 5152</b> <b>Ementa</b>	<b>A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS SOCIAIS</b> <i>Avaliação Política e de Políticas Sociais. Relevância e significado da avaliação. Tipos e modalidades. A avaliação de projetos sociais. Indicadores Sociais. Avaliação financeira.</i>	72	
02	<b>DSS 5153</b> <b>Ementa</b>	<b>DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL</b> <i>Os processos de produção da sociabilidade contemporânea. A desigualdade e a violência na configuração da questão social no Brasil. Direitos Humanos, Ética e as contradições sociais.</i>	72	
03	<b>DSS 5154</b> <b>Ementa</b>	<b>DIREITOS SOCIAIS, CONTROLE SOCIAL E SERVIÇOS SOCIAIS</b> <i>Concepções de Direito Social. Direitos Sociais e Políticas Públicas. Controle Social e democratização de decisões. Tendências do controle social. A articulação Público e Privado.</i>	72	
04	<b>DSS 5155</b> <b>Ementa</b>	<b>FAMÍLIAS, REDES E POLÍTICA SOCIAL</b> <i>Construção histórica do trabalho com famílias, a concepção de família no Estado de Bem-Estar Social. A família como unidade de referência das Políticas Sociais (o público e o privado e a relação com o Estado). O reordenamento institucional e os aspectos bio-éticos frente às políticas setoriais de atenção à família. O perfil da família latino-</i>	72	



		americana, brasileira e catarinense. As crises familiares e sua repercussão no cotidiano. A família e os processos de atenção do Serviço Social. A mediação familiar como perspectiva de atuação do Serviço Social (área da saúde, judiciária e comunitária). A proposta do Estatuto da Criança e Adolescente e o direito da convivência familiar e comunitária.		
05	<b>DSS 5156</b> <b>Ementa</b>	<b>FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E CONTROLE SOCIAL</b> Concepções e formas atuais de financiamento da Seguridade Social - saúde, previdência e assistência. As possibilidades de controle social do sobre os recursos financeiros públicos na Seguridade Social.	72	
06	<b>DSS 5157</b> <b>Ementa</b>	<b>INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E SOCIEDADE</b> A infância como categoria histórica. A criança como ser de direito, como vítima e como testemunha. O adolescente e a justiça: medida sócio-educativa, liberdade assistida, dissolução da pena. Infância e mediação em Serviço Social. Questões contemporâneas e qualidade de vida (alcoolismo, drogadição, etc)	72	
07	<b>DSS 5158</b> <b>Ementa</b>	<b>REFORMA DO ESTADO E SERVIÇOS SOCIAIS</b> A crise do Estado. A crise do Estado no Brasil. As reformas do Estado Brasileiro na década de noventa. As novas funções do Estado e a publicização dos serviços não exclusivos. As organizações sociais. As parcerias e contratos de gestão. Novas dimensões do público. Os serviços sociais na reforma do Estado.	72	
08	<b>DSS 5159</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL</b> Raízes históricas do conceito de sociedade civil. A concepção de sociedade civil na idade moderna. O debate atual sobre a categoria sociedade civil. Processos de organização da sociedade civil na era da globalização. O terceiro setor: contextualização. O terceiro setor entre o público e o privado: características, conceituação e composição. A parceria público e privado. O trabalho em redes. Consultorias e assessorias nas ações em rede.	72	
09	<b>DSS 5160</b> <b>Ementa</b>	<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL</b> O uso da informática para operar sistemas de informação para o Serviço Social.	72	



10	<b>DSS 5161</b> <b>Ementa</b>	<b>SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO</b> Conhecer e aprofundar a história do movimento de mulheres no Brasil e no mundo. Resgatar a importância dos estudos feministas e relações de Gênero para o Serviço Social e incorporar metodologias de trabalho com mulheres nos diversos campos de abrangência da profissão.	72	
11	<b>DSS 5710</b> <b>Ementa</b>	<b>ATIVIDADES EXTRA-CLASSE MONITORIA</b> Resolução. No. 19/ CEPE/ 93, de 22 de Abril de 1993	72	
12	<b>DSS 5711</b>	<b>SEMINÁRIO TEMÁTICO EM SERVIÇO SOCIAL I</b>	72	
13	<b>DSS 5712</b>	<b>SEMINÁRIO TEMÁTICO EM SERVIÇO SOCIAL II</b>	72	
14	<b>FIL 5196</b> <b>Ementa</b>	<b>ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA E ÉTICA</b> Os fundamentos ontológicos do ser social: sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral, estética e arte. A dimensão ética da vida social. Processo de constituição de valores.	54	
15	<b>SPO 5151</b> <b>Ementa</b>	<b>PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS, CULTURAIS E ECONÔMICOS NA REGIÃO SUL E SANTA CATARINA</b> As tendências econômicas sociais e políticas atuais. O Mercosul . As relações de poder político- culturais. As formas organizativas da sociedade civil e a configuração política e administrativa do Estado de Santa Catarina.	72	
16	<b>DSS 5325</b> <b>Ementa</b>  Port.150/ PREG /2005	<b>PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b> Elaboração do projeto de monografia tendo como referência a experiência de estágio do aluno ou temática desenvolvida em projeto de pesquisa ou ainda relacionada a questões teóricas.	36	
17	<b>DSS 5326</b> <b>Ementa</b>  Port.150/ PREG/ 2005	<b>INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO</b> Tipos de grupo. Grupos: pesquisa, formação e intervenção. Elementos participantes do Grupo . Dinâmica de grupos. Aspectos ideológicos no uso de instrumentos e técnicas Dialética dos grupos e das organizações.	36	

**ANEXO C**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE ESTÁGIOS – DES**

Campus Universitário, Prédio da Reitoria, 2º andar, Sala 05 – Trindade – 88.040.900 – Florianópolis (SC) – Brasil  
Fone: (48) 3721-9296/9446 – Fax: (48) 3721-9987 – E-mail: [estagio@reitoria.ufsc.br](mailto:estagio@reitoria.ufsc.br)

**Modelo – PAE/UFSC**

**PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO (PAE)**

**IDENTIFICAÇÃO:**

1. Nome do(a) Aluno(a): .....
- Matrícula nº: ..... R.G nº: ..... CPF nº: .....
- Nome do Pai ou Mãe: .....
- Fone: ..... E-mail: .....

**CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO:**

2. Curso: ..... Fase: .....
3. Nome da Concedente de Estágio/Empresa: .....
4. Endereço da Concedente de Estágio/Empresa: .....
3. Local na Concedente/Empresa onde o estágio será desenvolvido: .....
4. Nome do(a) Supervisor(a) Local: .....
5. Número de Horas Semanais de Estágio:
- a) Inferior a 20 horas ( ); b) De 20 horas ( ); c) De 30 horas ( ); De 40 horas<sup>1</sup> ( )
6. Título do Trabalho a ser Desenvolvido: .....
7. Tipo do Estágio: Curricular Obrigatório ( ) Curricular Não-obrigatório ( )
8. ATIVIDADES QUE SERÃO DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:
- .....
- .....
- .....
- .....( Ampliar as linhas ou usar o verso, se necessário)

Local e data: .....

**9. ASSINATURAS:**

Estagiário(a):	(Assinatura)
Supervisor(a) do Local de Estágio:	(Carimbo e assinatura)
Coordenador(a) de Estágios do Curso:	(Carimbo e assinatura)

<sup>1</sup> Somente de acordo com o Regulamento de Estágio do Curso e/ou Programa da Disciplina de Estágio ou Equivalente.

**ANEXO D**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

**ATA DA 3ª REUNIÃO DO FÓRUM DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e seis, às quatorze horas, na sala nº003 do Centro Sócio Econômico, reuniram-se professores do Departamento de Serviço Social, supervisores de campo e supervisores pedagógicos, agente fiscal do CRESS 12ª Região, estagiários(as) acadêmicos(as), convidados pelo Of.Circ. nº 003/CEDSS/2006. Os trabalhos foram iniciados sob a coordenação da Profª **Maria Teresa dos Santos** – coordenadora de Estágios do DSS; estiveram presentes 28 supervisoras e 24 estudantes (lista de presença segue no final da Ata). Os trabalhos foram iniciados, sendo que os presentes se apresentaram informando o local de trabalho e/ou estágio, em seguida foram repassados os informes para os presentes: 1) o Seminário Mercosul de Proteção Social que está sendo realizado na UFSC de 23 a 25/10; 2) Inscrições para o mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social que estão abertas no período de 05/10 a 01/11. Na sequência a profª Maria Teresa fez um breve relato sobre a Coordenadoria de Estágio que a partir de maio do corrente ano ficou sob sua responsabilidade; que no período priorizou ações de aproximação com os supervisores de campo através de reuniões periódicas; que em Julho, foi instituído o Fórum de Supervisão cujos atores: professores, supervisores, assistentes sociais, representantes das instituições campo de estágio, alunos, estagiários, agente fiscal do Cress têm se empenhado em construir um espaço de discussão das atividades de estágio, que está é a terceira reunião do Fórum. Que há por parte da Coordenadoria de Estágios e do DSS a intenção de realizar um curso de aprimoramento para os supervisores; que também sentiu-se a necessidade de discutir o currículo do curso de serviço social sugestão dada em uma reunião anterior, que isto foi o alvo da reunião de setembro último, que para a de hoje, foi dada a sugestão para discussão do texto da revista publicada pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, texto da profª Vera Nogueira, o material foi enviado pelos estagiários para os supervisores com a sugestão de que fosse lido previamente. ( **NOGUEIRA, V. M.R. o Ensino do Trabalho Profissional no Currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina: Fundamentos, Construção, Implementação e Avaliação. Revista Temporalis – ABEPSS ano IV nº 8 – Julho a Dezembro de 2004**). O texto explicita como está organizado estágio curricular obrigatório do curso de serviço social da UFSC, que na grade curricular é previsto para ser realizado na 7ª fase do curso, com a concentração das quatrocentos e cinquenta horas de estágio no referido semestre, que há também a possibilidade do estagiário(a) cumprir o estágio em dois semestres, na 7ª e 8ª fase, mas que há preferência por parte dos acadêmicos em realizá-lo na 7ª fase. A profª Maria Teresa, fez uma apresentação do texto que está embasado nas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 pela ABEPSS expondo que as mesmas estão sistematizadas em três eixos de fundamentação: Teórico-metodológicos da vida social, Sócio-históricos da sociedade brasileira e Trabalho Profissional, que os caminhos para a construção da proposta tiveram como ponto de partida as premissas: 1. A relevância do caráter interventivo da profissão; 2. Entendimento que o processo ensino-aprendizagem se realiza ao longo do curso; 3. A existência de disciplinas que tratassem do fazer profissional. Que as questões postas em relação ao ensino profissional consideram: a formação generalista e a formação profissional; a disjunção entre teoria e prática e a responsabilidades sobre o ensino do trabalho profissional atribuída ao assistente social (concentrada no estágio curricular). A proposta foi articulada com o objetivo de que todos os alunos tivessem uma instrumentalização básica preparatória ao estágio, toda a formação é direcionada para os três eixos de intervenção: Processos



48 Político –Organizativos, Planejamento e Gestão e processo de intervenção em situações singulares  
 49 (processo Sócio Assistencial). O documento aponta possíveis constrangimentos no estágio curricular  
 50 obrigatório, isto é, poderia conduzir a reiteração do perfil profissional cristalizado, centralidade de formar os  
 51 alunos no “fazer profissional” do assistente social de campo, disjunção entre a teoria apreendida na  
 52 Universidade e a prática vivenciada (na prática a teoria é outra). Para a realização do estágio em um  
 53 único semestre há pontos que merecem ser reenquadrados quais sejam: preparação mais adequada das  
 54 instituições campos de estágio; apropriação da proposta pelos profissionais, apropriação da proposta pelos  
 55 profissionais, maior integração entre as disciplinas, cuidado dos professores para não caírem no  
 56 teorismo sem mediações profissionais. Considerações sobre a proposta implantada, o novo desenho do  
 57 estágio obrigatório, demanda reorganização interna das instituições, da universidade e dos estudantes, há  
 58 um entendimento de que o aluno está na 7ª fase mais preparado para realizar o estágio, após esta síntese  
 59 do texto a professora Maria Teresa sugeriu aos presentes que se reunissem em pequenos grupos para um  
 60 debate a partir da indagação: *Quais os limites e possibilidades de operacionalização do estágio*  
 61 *supervisionado (obrigatório ou não) na perspectiva do currículo de serviço social da UFSC face às*  
 62 *demandas das organizações campos de estágio?* Que posteriormente os presentes retomassem para uma  
 63 discussão ampliada, não houve consenso sobre a sugestão, sendo que o grupo votou para que a  
 64 discussão fosse ampliada e assim se manifestaram: **Rosana Maria Prazeres ( UFSC – Pró – Reitoria de**  
 65 **Desenvolvimento Humano e Social):** Questionou se o curso de supervisão proposto seria voltado para  
 66 as temáticas de intervenção dos supervisores, pois a mesma sente falta de uma formação com  
 67 especificidade. **Liliana Copetti (Ministério do Trabalho/DRT):** Relatou que ficou muito contente com o  
 68 novo currículo, pois ele atendeu a demanda do Curso em trabalharem com os Movimentos Sociais e com  
 69 os Conselhos de Direito, pois anteriormente o curso não preparava para a prática profissional. **Simone**  
 70 **Sobral - DSS:** tem preocupação com o Estágio Obrigatório intensivo, realizado em um semestre pelo fato  
 71 do Estudante trabalhador (realidade comum no Curso) e que para isso todos devem assumir a  
 72 responsabilidade para superá-la. Segundo ela: “A Universidade não é só para ensinar e sim para  
 73 aprender”. **Kelly Cristina Vieira (Prefeitura Municipal de Florianópolis – LA):** não concorda com o  
 74 estágio em uma fase, entende que (os)as alunas(os) têm mais sustentação teórica . Segundo ela, as  
 75 estagiárias que entram primeiro no estágio não obrigatório, elaboram um TCC muito melhor, pois tem mais  
 76 tempo para refletir, conhecer a instituição, o processo histórico e refletir sobre ele. É muito exigir que o  
 77 estagiário realize todo esse processo em apenas uma fase. Não aceita estagiária (o) só para estágio na 7ª  
 78 fase. Ela acredita que o Fórum dos supervisores é de fundamental importância visto que é um espaço  
 79 ampliado de troca de saberes além do que se pode estar discutindo a categoria dos assistentes sociais,  
 80 quanto ao fórum de Supervisores, acredita que ele deva tratar de assuntos mais gerais. **Maria Manoela -**  
 81 **DSS:** segundo seus dados na atual 8ª Fase do curso apenas uma das alunas fez somente o estágio na 7ª  
 82 Fase, todas as outras realizaram o não obrigatório. Isto demonstra que a própria realidade vem  
 83 demonstrando a ineficiência do estágio curricular obrigatório apenas em uma fase, relata que todo o  
 84 processo investigativo no campo de estágio tem a participação dos supervisores, mas que na  
 85 apresentação do TCC os mesmos não “aparecem” oficialmente visto que não participam como membros  
 86 da banca, visto a resolução do DSS. Também refere que observa que não há uma representação dos  
 87 supervisores nas reuniões do DSS. **Zulamar – NESSOP/DSS:** A proposta do curso é generalista e o  
 88 estágio é especialista. Deve-se ter uma relação dialética entre Professores e Supervisores, entre teoria e  
 89 prática, uma constante realimentação. **Cleia – ABEPOM:** também relata não aceitar aluno(a) para estágio  
 90 somente em uma fase (7ª), propõe que o estágio seja iniciado em uma fase anterior (6ª fase) e que seja  
 91 realizado em dois semestres. **Fernanda Ely Borba (Representante do CRESS):** Estágio é um processo  
 92 pedagógico e que o supervisor o integra, que o profissional deve ter um suporte da universidade, que o  
 93 Cress pode contribuir neste suporte, que há precariedade nas condições de trabalho, que o  
 94 estágio/supervisão reflete esta precarização, que o aprendizado do instrumental do serviço social deve



sempre considerar a teoria e a prática. **Roberta Carolina da Silva ( Prefeitura Municipal de Florianópolis- Programa de Orientação e Apoio Sócio- Familiar):** Ressaltou a omissão da Universidade quanto aos riscos que o aluno corre, em relação as matérias de Processos de trabalho, pois muitos vão sozinhos, em locais perigosos e a Universidade não oferece nenhum tipo de apoio, às vezes nem fica sabendo quando estes alunos vão até os locais. **Carla de Barros Leiras (AMORJA):** ressalta que temos que procurar saber como as outras categorias percebem a categoria dos Assistentes Sociais e ver como a discussão do Estágio está sendo discutida no Movimento Estudantil, pois esta discussão não pertence apenas aos profissionais. **Maria Teresa – DSS,** reflete que discutir a prática é um espaço legítimo na formação, que o DSS e demais escola junto com a ABEPSS estão discutindo a mudança do currículo, propõe a elaboração de um documento deste Fórum com um posicionamento visando mudanças no estágio. **Iliane – DSS,** reflete que houve negligência em não se ter exigido a compreensão da nova lógica curricular, não foi devidamente implantado, sugere que a ata seja o documento dos nossos anseios e discussões, que se solicite junto ao colegiado do curso uma reunião com os membros para discutir a revisão do processo de estágio, lembra que colegiado do curso é integrado pelos: Professores do DSS, representação estudantil e representação do Cress 12 Região. **Maria Manoela – DSS –** expõe que os Fóruns são espaços de participação direta, ressalta a presença dos supervisores do DSS nesta reunião, e sugere a socialização das discussões para formar um bloco hegemônico para termos mais visibilidade na reunião do colegiado. **Yuri Daniel Katayama (aluno de 7º fase, e estagiário no Hospital Universitário):** Manifestou-se para informar que o Centro Acadêmico de Serviço Social (CALISS) está discutindo sobre a questão do estágio curricular e que gostariam de ser convidados oficialmente para participarem das próximas reuniões. **Simone Sobral - DSS:** sugere que a Coordenação de estágio formule um questionário para os supervisores, com perguntas analíticas para da visibilidade à discussão. **Maria Teresa – DSS,** reflete que a realidade nos dá um outro contomo, sugere a construção de uma discussão via e-mail para que o debate seja ampliado e se faça um resgate histórico do processo de estágio. **ENCAMINHAMENTOS:** Elaboração de documento para ser enviado ao colegiado de curso propondo uma reunião para discutir as especificidades do estágio curricular; Elaboração de um questionário para ser respondido pelos supervisores, com perguntas analíticas para termos a opinião dos mesmos documentada; Construção de um hipertexto via internet, em conjunto como resultado do processo reflexivo; organização de um fórum via internet; divulgação de uma matéria/notícia no Jornal do CRESS e no Site sobre o Fórum de Supervisão; próxima reunião dia 29/11 (4ª feira) – pauta: informes, curso de supervisores visando capacitação continuada dos assistentes sociais, apresentação de uma sistematização sobre os TCC's – Trabalhos de Conclusão de Curso, visto que cerca de 75% dos mesmos se referem à experiência de estágio, para finalizar foi lembrado aos presentes pela agente fiscal do Cress, AS Femanda, que dia 26/10 às 18:30, acontecerá Assembléia Geral da categoria nas dependências do Cress, a Profª Maria Manoela convidou os presentes para o Seminário sobre Deficiência, Educação e Inclusão Social que será realizado dia 6/11 às 19h e 7/11 às 9h no Centro Sócio Econômico, AS Carla Leiras, convidou para o evento com atividades de lazer e dia 4/11 no Parque de Coqueiros promovido pelo Portal Social RBS para ajudar entidades beneficentes. Os trabalhos foram encerrados e eu Luiza Maria Lorenzini Gerber, professora CDT, lavrei a presente ata que após ser apreciada será assinada pelos participantes da reunião. Florianópolis em vinte e cinco de novembro de dois mil e seis.

Segue lista de presença:

Assistentes sociais:

Adair Silveira – Conselho Municipal do Idoso

Mirian Martins Vieira da Rosa – PMF (Gerencia de Atenção ao Idoso)

Kelly Cristina Viera – PMF (Liberdade Assistida)

Paulina Korc – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)

142 Mônica Moraes – PMF (Gerencia de Atenção ao Idoso)  
 143 Cleusa Regina Heidemann – PMF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar)  
 144 Odete Terezinha Zamboni – PMF (Programa Sentinela)  
 145 Roberta Carolina da Silva – PMF (Programa de Orientação e Apoio Sócio – Familiar)  
 146 Cléia Cristina Porto – Abepom  
 147 Carla de Barros Meiras – AMORJA  
 148 Rejane Cristina dos Passos – Educandário Santa Catarina  
 149 Rosana Maria Prazeres – UFSC (Pró Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social)  
 150 Luiza Maria Lorenzini Gerber – UFSC / Ipesc  
 151 Liliane Alaíde de Sena – Prefeitura Municipal de Garopaba  
 152 Carmen Lucia Blasi Villari – HU / UFSC  
 153 Sayonara M. Neves de Oliveira – HU / UFSC  
 154 Rita de Cássia Ouriques Darós – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico  
 155 Vábia Campos Pereira – Prefeitura Municipal de São José  
 156 Elizonete Tietjen – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)  
 157 Rosangela Maria Piccoli – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)  
 158 Eleonora C. Kaczer – Instituto Carijós Pró Conservação da Natureza  
 159 Maria Manoela Valença – DSS / UFSC  
 160 Kátia A. Figueiredo – PMF (Secretaria Municipal da Criança Adolescente Família Idoso e Desenvolvimento Social) / PETI  
 161 Carmem Lúcia da Silva - PLIAT / DJUC / SSP / SC  
 162 Maristela Ap. da S. Trupple – Conselho Comunitário Ponte do Imaruim  
 163 Fernanda Ely Borba - Conselho Regional de Serviço Social  
 164 Liliana R. Dal Sasso Copetti – Ministério do Trabalho – DRT  
 165 Vanessa Juliana da Silva Santos – UFSC  
 166

167  
 168 Lista de Presença dos Estudantes:  
 169

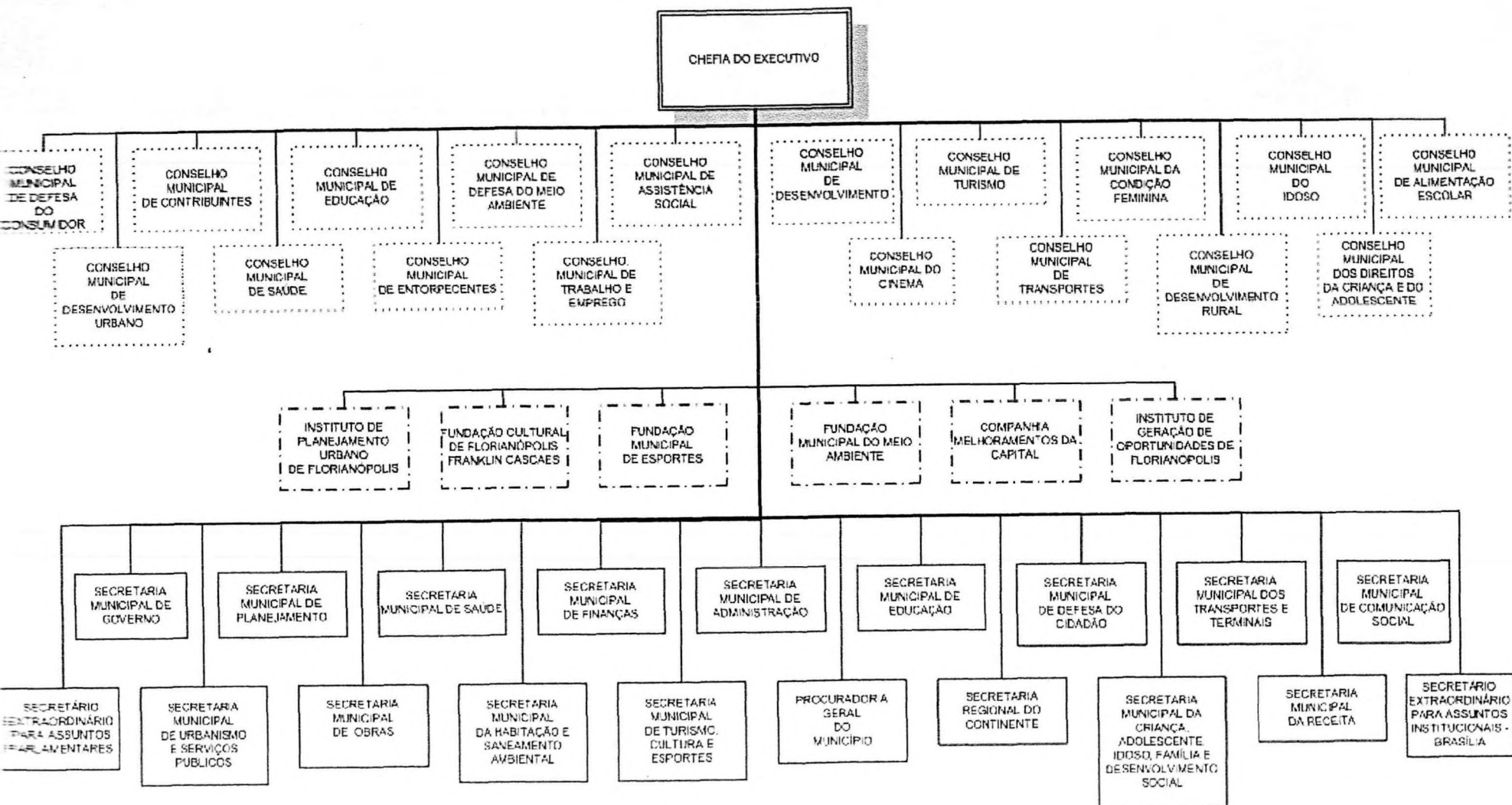
170 Fabiana de Souza Soares – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)  
 171 Ana Claudia de Souza – PMF (Secretaria Municipal da Criança Adolescente Família Idoso e  
 172 Desenvolvimento Social)  
 173 Mirian de Lourdes Fonseca – PMF (Secretaria Municipal da Criança Adolescente Família Idoso e  
 174 Desenvolvimento Social)  
 175 Mirelli Pospichie Rios – PMF Secretaria Municipal da Criança Adolescente Família Idoso e  
 176 Desenvolvimento Social)  
 177 Ruth M. Honorato – PLIAT  
 178 Fabiana da Silva – Prefeitura Municipal de Garopaba  
 179 Joseane Michel da da Silva – CEC / Itacorubi  
 180 Julia Tabarian Volponi – Conselho Municipal do Idoso  
 181 Adriana da Costa – POASF  
 182 Sandra Regina Alencar – PMF/ SMCAIFDS / Programa Sentinela  
 183 Raquel S. Fachin – Instituto Carijós  
 184 Marta Schmidt – HU / UFSC  
 185 Cristina Bell Niles – ABEPOM  
 186 Denise Marie Gerent – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)  
 187 Jaqueline Schmoeller – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)  
 188 Andreza Pimentel Machado – PMF (Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental)

189 Roberta Rech – PMF / SMCAIFDS / Programa Sentinela  
190 Sayonara P. Thomaz – PMF / SMCAIFDS / Programa Sócio Emergencial  
191 Yuri Daniel Katayama – HU /  
192 Lilian Hack - PMF/ SMCAIFDS /Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar  
193 Mary Kazue Zanfra – Minist. Do Trabalho E – DRT / SC – Economia Solidaria  
194  
195 Coordenação:  
196 Profª. Maria Teresa dos Santos  
197 Monitoras:Hellen C. R. Soares  
198 Juliana Mafacioli Vieira  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205

**ANEXO E**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



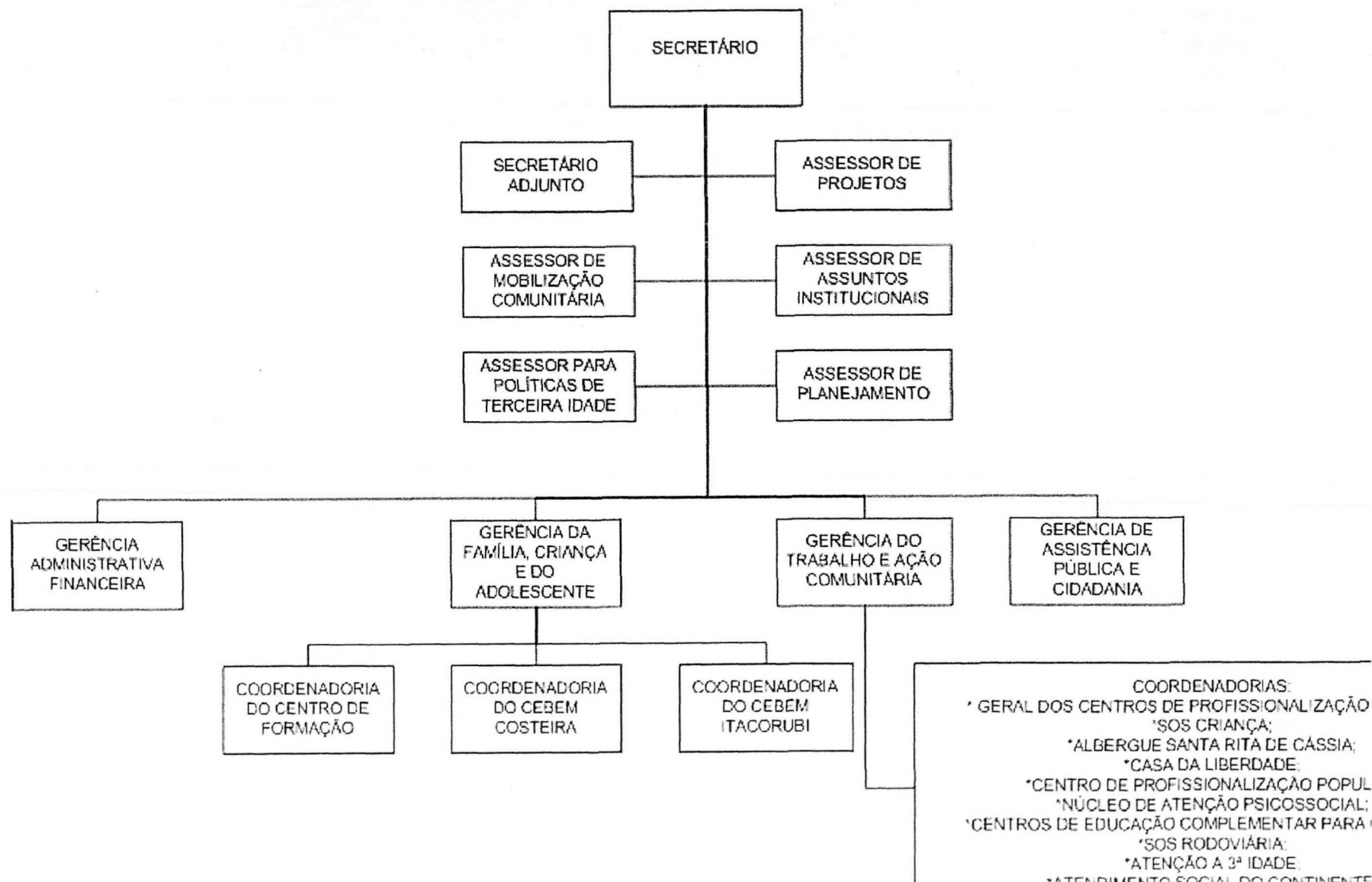
### LEGENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	—————
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	- - - - -
ÓRGÃOS COLEGIADOS	.....



**ANEXO F**

# SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**ANEXO G**

**RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006**  
**de 21 de agosto de 2006**

**EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.**

**O CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - CFESS**, por sua Presidente no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**Considerando** o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta o exercício profissional do assistente social e dá outras providências;

**Considerando** que na qualidade de órgão normativo de grau superior, compete ao Conselho Federal de Serviço Social orientar, disciplinar fiscalizar e defender o exercício da profissão do assistente social, em conjunto com os CRESS;

**Considerando** a necessidade de instituir condições e parâmetros normativos, claros e objetivos, garantindo que o exercício profissional do assistente social possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente;

**Considerando** que a ausência de norma que estabeleça parâmetros, principalmente das condições técnicas e físicas do exercício profissional do assistente social, tem suscitado diversas dúvidas, inclusive, para a compreensão do assistente social na execução de seu fazer profissional.

**Considerando** a necessidade do cumprimento rigoroso dos preceitos contidos no Código de Ética do Assistente Social, em especial nos artigos 2º, inciso “d”, 7 inciso “a” e 15;

**Considerando** o Parecer Jurídico 15/03, prolatado pela assessoria do CFESS, “que considera ser competência a regulamentação da matéria pelo CFESS de forma a possibilitar uma melhor intervenção dos CRESS nas condições de atendimento ao usuário do Serviço Social”;

**Considerando** a aprovação da presente Resolução em Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS, realizada em 20 de agosto de 2006;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

**Art. 2º** - O local de atendimento destinado ao assistente social, deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

**Art. 3º** - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

**Art. 4º** - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

**Art. 5º** - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

**Art. 6º**- É de atribuição dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, orientar e fiscalizar as condições éticas e técnicas estabelecidas nesta Resolução, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CRESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais.

**Art. 7º** - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

**Parágrafo Primeiro** - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.

**Parágrafo Segundo** - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade tica.

**Art. 8º** - Realizada visita de fiscalização pelo CRESS competente, através de agente fiscal ou Conselheiro, e verificado o descumprimento do disposto na presente Resolução a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional, a vista das informações contidas no Termo de Fiscalização ou no documento encaminhado pelo próprio assistente social, notificará o



representante legal ou responsável pela pessoa jurídica, para que em prazo determinado regularize a situação.

Parágrafo único - O assistente social ou responsável pela pessoa jurídica deverá encaminhar ao CRESS, no prazo assinalado na notificação, documento escrito informando as providências que foram adotadas para adequação da situação notificada.

**Art. 9º-** Persistindo a situação inadequada, constatada através de visita de fiscalização, será registrada no instrumento próprio a situação verificada.

**Art 10 -** O relato da fiscalização, lavrado em termo próprio, conforme art. 9º, constatando inadequação ou irregularidade, será submetido ao Conselho Pleno do CRESS, que decidirá sobre a adoção de medidas cabíveis administrativas ou judiciais, objetivando a adequação das condições éticas, técnicas e físicas, para que o exercício da profissão do assistente social se realize de forma qualificada, em respeito aos usuários e aos princípios éticos que norteiam a profissão.

**Art. 11-** Os casos omissos e aqueles concernentes a interpretação abstrata geral da norma, serão resolvidos e dirimidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

**Art. 12-** O CFESS e os CRESS deverão se incumbir de dar plena e total publicidade a presente norma, por todos os meios disponíveis, de forma que ela seja conhecida pelos assistentes sociais bem como pelas instituições, órgãos ou entidades que prestam serviços sociais.

**Art. 13-** A presente Resolução entra em vigor, passando a surtir seus regulares efeitos de direito após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Brasília, 21 de agosto de 2006

**Elisabete Borgianni**  
**Presidente do CFESS**

**ANEXO H**

## RELAÇÃO DOS TRABALHOS QUE ABORDAM A TEMÁTICA - ESTÁGIO NO X EXPRESS.

- O Estágio não obrigatório na formação profissional do assistente social – trabalho precarizado ou processo didático – pedagógico
- A Prática do estágio em Serviço Social como acesso aos direitos sociais
- O Estágio Curricular e sua articulação com as disciplinas das áreas de conhecimento consubstanciadas no currículo do curso de serviço social
- A Interação Ensino – Pesquisa – Estágio na formação profissional do assistente social
- Uma análise do trabalho do assistente social nos campos de estágio da UniFoa na área da saúde
- Desvelando o meio – fio da supervisão sistemática no estágio acadêmico em serviço social no Brasil entre ‘buscas’ e ‘fugas’ no processo de avaliação
- A concepção de formação dos assistentes sociais que atuam na supervisão de campo